

ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Leutprecht - João Amin - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Níkolás Reis - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Gean Loureiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, venho à tribuna relatar a minha visita ao serviço de Hemoterapia de Santa Catarina - Hemosc - onde tive a oportunidade de conhecer mais a fundo o trabalho realizado por esta instituição que tanto orgulha o estado de Santa Catarina e diante da dedicação que muitos ou todos nós, parlamentares, temos, estimulando cada vez mais a doação de sangue.

Entretanto, deputado Natalino Lázare, quando observamos a estrutura do Hemosc, pensamos exclusivamente na doação de sangue e não

conhecemos o trabalho exemplar exercido pelos mais de 300 profissionais que temos no estado realizado pela hemoterapia em Santa Catarina.

Primeiro passo é destacar que o Hemosc está no *ranking* de um dos melhores centros de hemoterapia do nosso país, não pela estrutura física, que é modesta e que precisaria ser ampliada aqui em Florianópolis, mas pela qualidade e garantia da qualidade de sangue que lá é coletado e distribuído no nosso estado.

Hoje temos certeza do trabalho que lá é realizado, não pelas certificações conquistadas pelo Hemosc, mas pelo controle de qualidade permanente que se tem de todas as suas atividades.

Por isso, é bom frisar que no estado de Santa Catarina ele conseguiu regionalizar as suas atividades, com o Hemocentro Regional de Lages desde 1994, de Joaçaba desde 1994, de Criciúma em 1998, de Chapecó em 1998, de Joinville em 1998 e o de Blumenau em 2009.

Também as unidades de coleta em Tubarão, Canoinhas e Jaraguá do Sul. Hoje nós temos condição de, através de um ônibus, e de campanhas realizadas externamente nos Centros de Saúde, ter postos de coleta de sangue em todo o estado de Santa Catarina.

Entretanto, a grande dificuldade, hoje, está na distribuição desse sangue que é coletado, pois é necessário, muitas vezes, se ter um tempo hábil. E, de maneira especial, o planalto norte, o extremo oeste de Santa Catarina, ainda têm uma defasagem para chegar no tempo hábil à necessidade dos pacientes, desse sangue a ser distribuído.

Para isso, uma das conquistas que se busca é abrir uma unidade de transfusão e distribuição em Mafra, ou numa outra cidade do planalto norte e também São Miguel do Oeste, que atenderia o extremo oeste catarinense.

Quero aqui frisar, na tribuna, que existe uma preocupação extrema na qualidade do sangue coletado. Mas, muito mais do que isso, deputado Maurício Eskudlark, de seguir todos os critérios definidos pela normativa nacional, de quem pode doar, como pode ser essa doação. Os servidores do

Hemosc fizeram um pedido especial a esta Assembleia e aos deputados, que sempre realizem uma consulta prévia, pois os projetos, muitos projetos que tramitam nesta Casa, que buscam estimular a doação de sangue, ao invés de colaborar, podem estar trazendo um prejuízo para o Hemosc.

Recentemente, o Órgão de defesa do consumidor vem cobrando o cumprimento de uma lei estadual que determina que os doadores tenham um desconto, o direito a meia-entrada nos cinemas e peças culturais, e o que vem acontecendo é uma enxurrada de doadores, omitindo informações necessárias com o objetivo de ganhar uma vantagem por ser um doador de sangue.

O ato de doação, o próprio espírito dele, é um ato voluntário, um ato de cidadania, onde se busca, na verdade, fazer com que possam salvar vidas cometendo um ato individual sem nenhum tipo de motivação.

E a motivação que tem algum tipo de ganho financeiro ou vantagem pessoal, deputada Luciane Carminatti, os próprios servidores estão tendo problemas, eles trouxeram um depoimento de que uma profissional, em determinado momento, insistiu em realizar uma doação, quando ela não poderia, pois tinha vindo de uma cirurgia recente. Mas queria, porque ganhava 50% de desconto na anuidade de um conselho profissional. E o médico dessa profissional ligou, depois, informando que ela acabou passando mal e tendo dificuldades.

Muitas pessoas que fazem parte de grupo de risco omitem essa informação com o intuito de ser beneficiadas pela legislação.

É óbvio que queremos cada vez mais estimular a doação. É importante frisar que o sangue tem um prazo de validade de pouco mais de 35 dias e não adianta, no mês de novembro em que se divulga cada vez mais o estímulo a doação, as pessoas doarem e depois pararem de fazê-lo. Precisamos do doador permanente que, a cada três meses, busca o Hemosc, faz a sua doação e mantém o estoque em condição de atender e ser distribuído para todo o estado.

Queremos buscar essa conscientização como um ato voluntário, não um ato de benefício. Eles pedem até que a Assembleia possa reavaliar esse quadro e sempre consultá-los, já que entendem a vontade do legislador de ajudar, mas nessa vontade muitas vezes podemos estar dificultando o controle da qualidade do sangue de Santa Catarina coletado, uma vez que o nosso hemocentro é referência em todo o país.

Por isso é de grande importância conhecer o trabalho lá realizado. Há a necessidade de se ampliar a distribuição para atender o planalto norte e o extremo oeste de Santa Catarina. Às vezes há muita demora e isso pode significar uma vida. Poderia ser salva uma vida se lá houvesse esse centro de distribuição. Então, quero trazer os cumprimentos a todos os profissionais que se dedicam a essa causa, às campanhas.

Por nossa autoria foi aprovado nesta Casa um projeto que coloca a Laélia Purpurata, flor símbolo de Santa Catarina, como a flor símbolo também do Hemosc. Em novembro queremos fazer uma grande campanha junto com as atividades das Associações de Orquidófilos de Santa Catarina, cujos afiliados irão entrar na campanha de doação, estimulando cada vez mais essa doação consciente, permanente e não eventual para que os estoques, em todos os períodos, até nas férias e no inverno, sejam mantidos. E tenha-se efetivamente um controle e uma qualidade do sangue coletado e distribuído no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. faz um brilhante pronunciamento. Vejo que há dois casos no estado de crianças, um menino de Itajaí e de uma menina de São Miguel do Oeste, que precisam de doação de medula. E a grande reclamação é que os doadores da região têm que se deslocar para Chapecó. Então, é importante e já existe um estudo para a implantação do Hemosc em mais regiões do estado de Santa Catarina.

Quanto à importância da doação consciente, v.exa alertou sobre a questão de a pessoa querer algum benefício. Eu mesmo fui fazer a minha doação e precisei avisar se tinha tomado a vacina da gripe, porque se a pessoa tomar a vacina da gripe não pode doar sangue por de 15 a 30 dias.

Então, é muito importante que tenham essa responsabilidade e, ao mesmo tempo, que nós conclamamos as pessoas para irem se cadastrar para serem doadores de medula. Uma doação que pode salvar vidas, é muito importante, é muito difícil encontrar alguém compatível e se fizer a doação depois do processo de doação, a recuperação do doador é rapidíssima, é questão de dez dias. Inclusive, o doador de medula pode continuar a doar. Então, é uma doação simples.

Parabéns a v.exa. por abordar este tema, principalmente sobre a questão da pessoa ser coerente e consciente ao fazer a doação.

O Sr. Deputado Níkolás Reis - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Níkolás Reis - Apenas para parabenizá-lo pelo pronunciamento. Fazer coro as palavras do deputado Maurício Eskudlark, especialmente ao menino Gabriel. Itajaí está indo fazer a doação de sangue e está voltando, porque não tem senha suficiente, porque o nosso hemocentro é o de Blumenau. Então, v.exa. que trata desse tema, queria lhe pedir e a todos, nesta Casa, que num esforço conjunto nós consigamos levar o hemocentro para Itajaí para atender a essa política, como v.exa. bem coloca, permanente de doação de sangue.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Eu quero informar que no ano de 2003, quando tive o meu acidente e precisei ficar uma semana com transfusão de sangue até a ter a possibilidade de retomar as cirurgias necessárias. E muitas pessoas foram doar sangue para poder atender a minha cirurgia, na verdade, você não doa sangue para uma pessoa, porque a pessoa que sofreu acidente ela foi atendida graças aos estoques permanentes que já existiam. E tendo uma motivação a mais o

importante é ter aquele doador que a cada três meses possa ir lá fazer a sua doação, manter os estoques em dia, ter a doação de medula, de plaquetas. E tudo que é coletado do paciente é aproveitado. Os equipamentos são de ponta, os profissionais são altamente qualificados, por isso que o nosso Hemosc é referência em todo o Brasil. Nós não queremos perder o trabalho do hemocentro de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Parabéns, deputado Gean Loureiro, pelo tema que é importantíssimo para a Saúde de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de fazer o registro da presença da dra. Tânia Harada, que é delegada da Mulher de Joinville. Hoje vou rodar um vídeo que a nossa equipe preparou de algo tão extraordinário que ela está fazendo e colocando na delegacia da Mulher em Joinville. Gostaria de saudá-la e dizer que é um prazer tê-la aqui. No horário do partido vou exibir esse vídeo.

Parabéns a Chapecó, deputada Luciane Carminatti!

O Sr. Deputado Níkolos Reis - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Níkolos Reis.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Quero registrar a presença do vereador do município de Penha, Sérgio de Mello, do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, damos as boas-vindas a essa importante liderança da Penha.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

Silvia - A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI -  
Muito obrigada, sr. presidente, nós temos algo em comum: este ano Chapecó completa 98 anos e eu 45 anos.

Então, hoje, estou falando da minha cidade querida, que completa 98 anos, quase um século de vida. Hoje Chapecó está em festa! É o meu quarto ano que estou aqui e eu sempre comemorei o dia do município, deputado Fernando Coruja, em Chapecó, mas hoje nós tivemos sessão, terça-feira, e tive que estar presente. Então, quero mandar o meu abraço a todos os queridos chapecoenses, junto também com Joaçaba, que também aniversaria hoje.

São 202.760 habitantes, um crescimento em média de 4,89% ao ano, em termos de população. Eu não quero falar muito de dados porque o que faz nós morarmos numa cidade é o amor que se tem por essa terra, é o carinho das pessoas, é a convivência. Eu fui vereadora duas vezes em Chapecó e por duas vezes a deputada estadual mais votada de Chapecó. Então, tenho muito carinho por essa cidade, construí minha vida pessoal, familiar, profissional e política em Chapecó. Por isso só tenho a agradecer a todos os chapecoenses que me fizeram ser uma liderança, que sempre são o resultado de uma construção coletiva.

Então, hoje, estou aqui para fazer essa homenagem a nossa querida Chapecó e lembrar algumas figuras que são muito significativas em minha vida. Gostaria de citar dom José Gomes, nosso grande líder maior espiritual, religioso, mas que quando olhava para as mulheres dizia: "Não fiquem de joelhos, não se rebaixem, mulheres, vão à luta, construam a sua dignidade, o seu caminho, a sua vida." O mesmo ele dizia à juventude também. Poderia falar aqui de outra figura reconhecida em Chapecó, que é o empresário que construiu a cidade, que sempre mereceu muito respeito por seu equilíbrio. Eu falo isso porque estamos num momento, hoje, no país, que numa ponta tem um lado e na outra ponta outro. E o nosso Plínio Arlindo de Nês juntava a cidade, ele construiu caminhos, futuro, e junto com dom José Gomes criou a primeira instituição de ensino superior. Foi o

Plinio Arlindo de Nês. Hoje eu tenho a grata satisfação de ter o Maninho, seu filho, como amigo e o admiro muito, porque são empresários que tem altivez, que olham por cima das disputas políticas, mas compreendem o papel de cada ser humano, independentemente de partido. Eu sento com o Maninho e ele me olha como a Luciane, deputada, que tem uma conduta a favor de Chapecó. Isso eu admiro nas pessoas.

Então, em nome de dom José, em nome do Maninho, e em nome de uma pessoa que perdemos, o nosso querido vereador Marcelino Chiarello, que sempre foi uma referência para nós e, infelizmente, ainda não temos a devida punição dos culpados pelo que aconteceu com ele. Marcelino tinha a marca de Chapecó na luta em defesa do bem público, da coisa pública, do que é certo, do que é correto, da retidão. Por isso, cito essas três pessoas.

Também gostaria de citar duas mulheres, porque não posso, com certeza, deixar as mulheres de lado.

Gostaria de homenagear uma grande mulher, que é a minha mãe, porque eu só estou aqui em função da minha mãe, uma pessoa simples e que sempre disse para mim: *"Eu não pude estudar, mas os meus filhos terão esse direito."* Então, em nome da minha mãe represento o sonho das mulheres simples que projetam os seus sonhos nos seus filhos e que lutam com muita garra, como leoas, para fazer com que os seus filhos tenham uma vida melhor.

Também quero trazer à memória aqui a irmã Gilda, pois estudei no colégio Bom Pastor a minha vida inteira. Quem conhece Chapecó, conhece o colégio Bom Pastor. E a irmã Gilda era aquela baixinha que quando passava no corredor todo mundo ficava quieto pela sua disciplina, pela sua autoridade. Ela não precisava gritar, ela se impunha pelo respeito, pela construção de um colégio público que foi referência para milhares de jovens e alunos. Então, faço aqui a minha homenagem à irmã Gilda em nome de todos os educadores.

E não poderia deixar de falar da Marlova Marin, que é uma artista plástica recente, representando essas figuras que vão construindo a modernidade. E Chapecó vai crescendo!

Então, trago à memória essas pessoas para dizer que eu sou muito feliz e muito grata a Chapecó. E estou de verde hoje em homenagem a Chapecó e à minha chapecoense, sou conselheira desse clube.

Fico feliz também que hoje nós temos uma direção, uma diretoria na chapecoense séria, correta, tenho respeito a todos que lá passaram, porque tem que haver muito profissionalismo na condução de um time de futebol, coisa que nem sempre se vê, basta ver os escândalos por aí fora.

Quero dizer ainda que falar de Chapecó é falar de uma saúde que cresce. Nós temos o Hospital Regional, o Hospital da Criança, o Hospital Unimed, inúmeras clínicas. Nós temos a UPA e temos o setor metalmeccânico muito forte ligado à agroindústria.

Nós temos o setor de educação que se está transformando num polo. Qual é a cidade nesse estado que têm duas universidades comunitárias? A Unoesc e a UnoChapecó? A Udesc, a universidade estadual, a Universidade Federal da Fronteira Sul, O Instituto Federal. Nós temos universidades privadas, várias. Sistema S, centros profissionalizantes, escolas de idiomas, escolas públicas municipais, estaduais.

Nós temos os CTGs que são muito fortes em nossa cidade, graças aos gaúchos, que estão muito presentes em nossa região.

Projeto Farroupilha, maravilhoso, crianças pequenas desde o início na tradição gauchesca dos nossos CTGs. As grandes feiras, como a Efapi, que infelizmente não acontecerá neste ano, mas tem a marca de Chapecó. Outras feiras como Mercomóveis, MercoAgro, que tiveram origem a partir dessa feira também. E eu poderia falar da população que fez Chapecó, os indígenas, que hoje estão perambulando pelas ruas, mas que são os nossos primeiros

irmãos. Nossos caboclos que estão presentes nos bairros de Chapecó, na cidade de Chapecó.

Os italianos, como eu, que construíram esta belíssima cidade, assim como os alemães, os poloneses, enfim, todas as etnias.

Eu poderia falar também de uma cidade que nos últimos anos, desde 1997, quando fomos governo, até agora, tem ficado entre 6° e 7° lugar oscilando entre um ano e outro, mostrando que não foi o PT o melhor ou este governo o melhor, misturando-se. Num ano é o 6° lugar, deputado Maurício Eskudlark, no outro é o 7°. E quero com isso concluir dizendo que a política hoje exige pessoas com capacidade não de construir o ódio, barreiras e divisões, mas com capacidade de construir diálogo e provocar essa cidade, os nossos municípios, naqueles potenciais que têm, colocando as pessoas no potencial que tem para serem melhores e terem espaços a serviço da população.

Com isso quero agradecer todos que fazem de Chapecó essa brilhante e belíssima cidade.

Vou terminar falando dos prefeitos, não só do meu partido, mas, com certeza, em nome deles, quero agradecer todos: Sadi José De Marco, prefeito que foi afastado do cargo na época da ditadura militar; Altair Wagner, engenheiro de mão cheia que construiu as nossas vias, as nossas ruas, o nosso traçado; Milton Sander, que foi prefeito e reeleito; Dilso Cecchin, grande prefeito que infelizmente faleceu antes de concluir o seu mandato; Aldi Berdian, que era o seu vice; José Fritsch que governou, foi reeleito; Pedro Uczai, que foi seu vice e depois assumiu no segundo mandato, por dois anos; Élio Francisco Cella, João Rodrigues e José Claudio Caramori.

Em nome desses prefeitos quero dizer que a nossa cidade precisa do apoio de todas as forças, de todas as mãos.

Chapecó e o nosso povo merece isso!

Parabéns Chapecó pelos 98 anos. Eu tenho orgulho de ter nascido nessa cidade.

Um grande abraço! Fiquem com Deus! Festejam, hoje, os chapecoenses, que estão em feriado municipal comemorando estes 98 anos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Nós também queremos deixar nossa mensagem a nossa querida cidade Chapecó, uma das mais fortes e expoentes do estado de Santa Catarina, de grande importância para a economia do nosso Brasil. Tive a alegria e a honra de ter vivido um período da minha infância em Chapecó, com minha família.

Chapecó está de parabéns pelo seu aniversário, mas também está de parabéns por tudo que representa para o povo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do prefeito Norberto Paulo Gonzatti, de Palmitos, nosso amigo, que está com os vereadores daquele município em audiências.

Quero também registrar a presença do meu amigo pastor Clóvis, de São Miguel d'Oeste.

Aproveito para parabenizar também Herval d'Oeste e Luzerna que estão de aniversário hoje. A deputada Luciane Carminatti citou Chapecó e Joaçaba, mas esqueceu de Luzerna e Herval d'Oeste. Quero homenagear também Chapecó, que é a nossa grande referência do oeste, nos momentos de dificuldades e de alegrias, porque tem o hospital regional, a questão da oncologia que estamos tentando descentralizar, mas hoje tudo é em Chapecó. E temos motivos de alegria com a nossa Associação Chapecoense de Futebol que é motivo de orgulho e de demonstração de força do povo do oeste catarinense que tão bem representada Santa Catarina no cenário nacional, junto com as demais equipes.

Parabéns, Chapecó, Joaçaba, Luzerna e Herval d'Oeste!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Quero deixar nossos cumprimentos a Joaçaba, Luzerna e Herval d'Oeste cidades também importantíssimas do meio-oeste, que representam toda força oestina e de grande importância para a economia do nosso estado.

Fica aqui registrado os cumprimentos desta Casa.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Fernando Coruja a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, se o deputado Gabriel Ribeiro me permite falar em nome dos lageanos, quero cumprimentar a cidade de Chapecó, Luzerna, Herval d'Oeste e Joaçaba. Chapecó faz 98 anos, e nós, lageanos, vamos fazer 250, já estamos mais velhos e nosso Inter ainda não chegou na série A, mas já está na série D.

Sr. presidente, srs. parlamentares, nós temos no Brasil um programa de saúde chamado Mais Médicos e agora o governo acena com a possibilidade de outro programa chamado Mais Especialidades. Ao fazer o decreto que trata das especialidades o governo simplificou e disse que para ser especialista basta apenas uma carga horária de 250 horas.

Evidentemente que precisamos de mais atendimento qualificado na área médica. Mas esses programas que o governo quer criar, na verdade, não são de mais médicos, são de mais pessoas formadas em Medicina; como não é o programa de mais especialidades, mas de mais pessoas com o título de especialista. Isso não basta, e o deputado Dalmo Claro sabe bem disso.

Não basta ter mais médicos formados que não atendam o papel fundamental do médico que é contribuir para a melhoria da saúde pública.

Eu digo e repito que apenas um médico formado com um receituário nas mãos, sem a devida formação para ser de verdade um médico, é um perigo à sociedade. Ele não serve para melhorar a saúde da população. Muitas vezes é um médico recém-formado, formado por uma faculdade não qualificada

adequadamente e que vai servir como um instrumento para aumentar o custo da Medicina e para repetir procedimentos estimulados por uma indústria farmacêutica, que leva a Medicina para uma situação hoje muito comercial.

Eu começo falando isso porque a atividade médica é uma atividade diferenciada de outras profissões. Em todas as profissões você precisa ter certo amor, certa qualificação pessoal para atender e exercer essa profissão, em qualquer profissão, está aí, para confirmar isso, a deputada Luciane Carminatti, que é professora. A atividade médica, evidentemente, também precisa, porque ela lida com a vida numa situação especial.

Então, ser médico é uma situação diferente. Ser médico é diferente de ser formado em medicina; ser um especialista numa área é diferente de ter um título de especialista. A medicina exige muito mais do que isso. Hoje, a grande dificuldade que se tem é a falta de médicos, no *stricto sensu* da palavra, que possam resolver os problemas da comunidade em bairros, médicos de famílias que possam resolver.

Nós temos muitas pessoas formadas em medicina que não são médicos, no verdadeiro sentido da palavra, que estão na faculdade já pensando como vão ter uma atividade que vai dar mais rendimentos no futuro, que vai lhe dar mais condição social. E a atividade médica exige outra coisa!

Eu lembrei disso, de fazer uma análise, porque na semana passada, faleceu em Santa Catarina um médico, no *stricto sensu* da palavra, dr. Ernesto Damerou. O dr. Ernesto Damerou, um cirurgião, e provavelmente a maioria dos médicos formados na UFSC tiveram a oportunidade de ser seus alunos, como o deputado Dalmo Claro, tinha todas as características que precisa ter um médico de verdade. Uma pessoa de uma qualificação técnica excepcional. Posso dizer aqui sem medo de errar: ele era o melhor cirurgião que eu conheço, geral, que Santa Catarina formou até este momento.

Tinha um relacionamento humano, era um médico humanista muito diferenciado, alguém que tinha uma relação com o cliente, com o paciente, com as

peças, com os colegas, com os servidores, muito diferenciado. Alguém que entendia a medicina e trabalhava no cotidiano de sol a sol pensando naquilo como uma atividade, independentemente da questão econômica, porque a medicina exige isso.

Quando eu recebi o convite para ser secretário estadual de Saúde e resolvi aceitar, visitei algumas pessoas antes de assumir o cargo e um deles foi o professor dr. Ernesto Damerau. Fui conversar com ele, falar que iria assumir a secretaria, escutar algumas sugestões e conversamos. Eu não posso dizer que era amigo do professor Damerau, a gente tende a dizer que é amigo de uma pessoa que se admira, independentemente do tempo de relacionamento que você teve com ele, mas eu me sentia como um amigo, e tive a oportunidade de ter uma conversa no seu apartamento, onde também estava lá a sua esposa, sempre muito agradável. Foi uma conversa na direção de compreender qual é o papel do médico.

Lembro-me também de outro personagem, que já faleceu, dr. Amílcar Gigante, um clínico lá de Pelotas, também dessa envergadura. Uma vez ele esteve em Lages, era recém-formado, e era diretor do departamento de Saúde da Associação Médica, e eu o trouxe para uma palestra. Saímos de lá conversando e depois ele me escreveu uma carta dizendo como é que tinha que ser o bom médico.

Então, nós precisamos, deputado Dalmo Claro, que esses programas não sejam apenas de mais médicos ou mais formados em Medicina. Nós precisamos que os especialistas não sejam mais especialistas com 250 horas. Nós precisamos ter um trabalho no sentido de que essas faculdades de Medicina, que agora estão sendo privatizadas na sua maioria, e que tem interesse apenas em formar pessoas para o mercado, formem pessoas para melhorar a vida das pessoas, para melhorar a saúde das pessoas.

E aqui neste exemplo, o dr. Damerau exemplifica isso tudo, evidentemente que temos milhares e milhares de bons profissionais no país, mas temos que caminhar no sentido de que esses

programas tenham realmente mais médicos, e não mais pessoas formadas em Medicina.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Sr. presidente, deputado Fernando Coruja, srs. deputados.

Eu não tive, na semana passada, oportunidade até de comentar aqui, do dr. Damerau, por ocasião do seu passamento, mas realmente foi, entre tantos outros professores de qualidade humana e técnica que nós tivemos aqui na Universidade Federal de Santa Catarina, o dr. Damerau se destacava como v.exa. diz, pelas características, do conhecimento técnico, era um cirurgião que dominava várias áreas da cirurgia, não tão específicas como hoje, mas também como uma pessoa que tinha um relacionamento, não só com os pacientes, mas com colegas e com alunos.

Então, era um professor que muito facilmente podíamos acessar, fazer perguntas sem medo de ser criticado ou ser motivo de chacota ou, alguma coisa, por fazer uma pergunta que um estudante faz, boba ou sem muito sentido.

Mas, mais do que isso, é o exemplo do médico que tem um relacionamento com o paciente. Eu acho que as faculdades, hoje, tem que ter uma maneira de estimular, desenvolver essa formação humanística do médico. E, ao contrário, hoje nós vemos colegas se formando com um foco cada vez mais numa subespecialidade, numa subespecialização, num item específico, num segmento específico da sua especialidade, e com foco muito grande na Medicina apenas como uma profissão, com carga horária, com o salário o mais alto possível, sem essa outra visão humanística de respeito e de interesse pelo paciente e pelo ser humano.

Parabéns pela sua menção.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Muito obrigado, deputado Dalmo Claro.

Encerro, exatamente nesta linha, nós precisamos não apenas dar acesso às pessoas, a um

profissional formado em Medicina, ou um profissional especialista em determinada área.

Estes profissionais precisam ser formados para serem verdadeiros médicos, e verdadeiros especialistas, que possam ajudar a melhorar a saúde da população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Passaremos ao horário reservados aos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Cumprimentando v.exa., sr. presidente, queria registrar com muito prazer, aqui, a presença, neste Plenário, de dois prefeitos, o primeiro da minha cidade, onde tive o privilégio de ser 10 anos prefeito, a nossa querida Arroio Trinta, prefeito Alcidir Felchilcher; e o segundo prefeito é um dos maiores prefeitos do Brasil, não só pelo seu tamanho, mas pela competência, é o prefeito de Salto Veloso, vizinha cidade de Arroio Trinta, Claudemir Cesca. E também a presença do meu filho Odirlei, que está acompanhando os dois prefeitos que estão aqui,

Queria fazer, com muito prazer, sr. presidente, este registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan)- Nós, da Presidência também queremos dar boas-vindas, registrar esta honrosa presença e dizer que Salto Veloso tem um prefeito que não precisa saltar muito, devido a seu tamanho.

Mas quero apenas também registrar a presença dos líderes, das suas importâncias para as suas regiões e para o estado.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário está destinado ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que acompanha esta sessão, farei uma manifestação, mas deixarei um espaço do tempo para que o deputado Gabriel Ribeiro possa fazer uma homenagem especial, da qual também quero participar. Não vou anunciar para deixar que seja surpresa.

Faço muitas visitas aos órgãos públicos até para conversar com as pessoas, os funcionários e saber das suas dificuldades. Poucos dias atrás, entrei numa instituição pública em Joinville e fiquei surpreendido com a conversa que tive com a responsável pela mesma. Visitei outras unidades, e, no geral, é um local em que sempre só ouvimos reclamações, não apenas pela qualidade do trabalho, mas pelo espaço e pelo efetivo, pessoal.

O que fazer quando visitamos um órgão e somos surpreendidos por uma pessoa que ao invés de fazer o muro das lamentações mostra as ações que está fazendo de iniciativa própria para minimizar o sofrimento da comunidade? Por conta disso, pedi para a minha equipe fazer um vídeo para trazer para toda Santa Catarina esse exemplo que está acontecendo na delegacia da mulher, da criança e do idoso de Joinville.

Vejam o vídeo que a minha equipe preparou.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Sr. presidente, esse vídeo mostra de uma forma muito resumida o belíssimo trabalho que a dra. Tânia Harada está fazendo na Delegacia da Mulher.

Deputado Gabriel Ribeiro, ela está fazendo campanha de doações de livros para que as pessoas que vão lá, sejam vítimas, ou no caso de menores infratores, os agressores, possam estar fazendo a leitura e através desta possam estar mudando as suas vidas. As crianças que chegam lá, ou são filhos de vítimas, ou são vítimas. Ela faz campanha de brinquedo para as crianças, para que quando cheguem lá não vejam com ar de delegacia, mas cheguem lá com esse ar humanizado. Dificuldade, diz ela, que ao final a criança quer levar o brinquedo e ela não pode dizer não. Os

quadros nas paredes parecem coisas tão simples, mas que transformam o ambiente. E também essa parceria com entidades religiosas, sejam elas católicas, evangélicas, que estão lá fazendo.

Eu queria fazer uma homenagem especial para a dra. Tânia Harada, que está aqui e veio receber o reconhecimento desta Casa. Tenho certeza de que todos nós estamos felizes e alegres com esse seu desempenho, lá, na delegacia. E fazer, exatamente, essa diferença quando se traz da iniciativa própria, a mudança. Esses dias ela me contava, deputada Luciane Carminatti, que era um feriado e ela estava com seu sogro fazendo o jardim da delegacia por livre e espontânea vontade, ou seja, quando se quer se faz.

Por isso, quero deixar registrado esse belíssimo trabalho que a dra. está fazendo e, com certeza, está amenizando a dor de muitas pessoas. Portanto, receba aqui a homenagem dos nossos parlamentares desta Casa de Leis.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado Kennedy Nunes, não poderia deixar de enaltecer a menção feita em nome da delegada Tânia Harada, todas as delegadas, servidoras da segurança pública que, às vezes, sem a condição ideal se desdobram para fazer o atendimento. Eu sempre falo nas manifestações que faço na educação, nas palestras que faço pelo estado afora, que temos que cobrar os equipamentos públicos adequados, eficientes, mas a atitude é tua, você é que tem que agir, ela é única e não bate na tua porta.

Então, parabéns pelo profissionalismo, pela humanização do ambiente, porque isso acolhe as mulheres e também passa uma imagem de segurança e de proteção, não uma imagem de repressão, que é o que buscamos na Lei Maria da Penha, também.

Parabéns, deputado Kennedy Nunes e em seu nome também a todas as pessoas que foram aqui nominadas.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigada, deputada Luciane Carminatti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Kennedy Nunes, sem prejuízo do tempo, quero fazer o registro que julgo que venha ao encontro da manifestação que v.exa. faz, neste momento. Amanhã, às 19h30, nesta Casa, nós estaremos fazendo o lançamento, o relançamento, da Frente Parlamentar dos Homens, pelo fim da violência contra as mulheres. E, ao mesmo tempo, nós estaremos trazendo aqui o lançamento, que é uma campanha da ONU, que trata da questão da violência ElesPorElas.

Então, fica o convite de maneira muito especial aos deputados homens, que se façam presentes, neste momento, de relançamento da frente e, ao mesmo tempo, também da campanha ElesPorElas.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, sr. presidente!

Para mim, homem que bate em mulher não vale nada! Essa que é a verdade.

Passo o restante do tempo do partido ao deputado Gabriel Ribeiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o sr. deputado Gabriel Ribeiro, pelo restante do tempo do partido.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Sr. presidente, quero aqui cumprimentar os nobres deputados, agradecer a gentileza do deputado Kennedy Nunes por me ceder o tempo, também cumprimentar os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e, em especial, agora, ao vivo para toda a serra catarinense, os ouvintes da Rádio Clube de Lages, ligados nas ondas do 690, essa rádio que faz parte do patrimônio do lageano, do povo serrano, que completa no dia de hoje 68 anos de idade, levando aos ouvintes de Lages e região serrana as notícias e informações, tudo o que acontece na comunidade da nossa região.

A rádio foi criada pelo idealizador paulista, Carlos Joffre do Amaral, isso em 25 de agosto de

1947, um grande visionário, de uma família que se estabeleceu na cidade e veio ao longo dos anos incorporar no DNA da cidade lageana e de todo o povo dessa região a Rádio Clube de Lages. Então, aos funcionários da referida rádio, Sistema Catarinense de Comunicação, ao filho do fundador da emissora, sr. Roberto Amaral, aos netos que hoje tocam a rádio, Roberto Dimas Ribeiro do Amaral, Carlos Joffre do Amaral Netto, Melissa Ribeiro do Amaral, a toda a família, desejamos que dê vida longo a Rádio Clube de Lages, que continue proporcionando ao povo serrano essa audiência muito representativa que chega a 70% dos ouvintes.

Nós queremos deixar um grande abraço a todos os colaboradores, aos funcionários da empresa, em especial ao funcionário que nos enche de orgulho, que está trabalhando junto à rádio há 65 anos, ou seja, depois de três anos de fundação da rádio, o nosso radialista Maneca, o Manoel Correa, que foi fichado na empresa há quase 60 anos e que tem o mesmo programa, inclusive fazendo parte do *guinness book* como o programa que está mais tempo no ar no mundo. Isso é um patrimônio nosso de Lages, ele é um radialista que tem uma voz simples e que comanda o programa *Alma Cabocla*, que realmente faz com que todos nós, serranos, através das suas palavras, da sua voz, sejamos informados todos os dias, todas as manhãs.

Então, fica aqui o registro, parabéns a rádio Clube e que Deus dê vida longa a essa rádio tão importante para serra e para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Gabriel Ribeiro.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Apenas para fazer um registro especial, eu sei que todos os deputados, desta Casa, vão fazer também coro a

esse registro, porque hoje é comemorado o Dia do Soldado.

Então, a todos os nossos brilhantes soldados do Exército Brasileiro recebam o nosso abraço, a admiração e o respeito desta Casa, pelo serviço fantástico que fazem pela segurança, seja pública, nacional, estadual ou municipal.

Portanto, fica aqui o nosso registro pelo Dia do Soldado, comemorado em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado deputado Kennedy Nunes, muito bem lembrado e da mesma forma esta Presidência realça esse serviço tão importante na segurança e essa relação humana com o nosso povo brasileiro, catarinense e mundial também.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra, a deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigada, sr. presidente.

Neste momento, em nome do PT, a minha fala é sobre o ato que aconteceu no dia 20.

(Passa a ler.)

"As ruas são lugares públicos para reivindicações coletivas e respeitadas. No dia 20 de agosto o povo saiu às ruas. Foi lindo ver tanta gente reivindicando questões tão sérias e necessárias para o nosso país.

Parabenizo os movimentos sociais, aqueles tradicionais e os novos que se engajaram na organização deste grandioso ato.

Nesse dia não houve xingamentos, pedidos de intervenção militar, pedidos de assassinatos as pessoas, ou hostilidade para quem pensa diferente.

O dia 20 que aconteceu graças à capacidade de organização destes movimentos que sabem da importância da resistência nas ruas, não contou com o destaque a convocação da grande mídia desse país. Por isso, a significância do volume de pessoas presentes.

Resistiremos à desinformação articulada que inundam os veículos de comunicação e as redes sociais.

Resistiremos à seletividade da imprensa que ataca uma classe, alguns partidos e alguns movimentos. E resistiremos a qualquer tentativa de retirada de direitos e golpe.

Episódios semelhantes já aconteceram em nosso país, quando o assunto é uma oposição política que ultrapassam os tradicionais partidos que se aliam a interesses corporativos e que tem como protagonista a grande mídia. Objetivo parece ser a derrubada de governos eleitos democraticamente, que divergem dos grandes interesses do capital.

Não poderia deixar de citar em meu discurso que ontem, dia 24 de agosto, foi a data em que no ano de 1954 Getúlio Vargas cometeu suicídio.

Em sua carta que escreve antes do fatídico ato contra a própria vida ele destaca os interesses que lhe colocaram naquela situação.

Parece-me sensato afirmar que há semelhanças com a atualidade no que diz respeito ao ataque desproporcional e seletivo a uma pessoa concepção ou partido político por parte de um setor da imprensa.

Fontes históricas nos proporcionam imagens interessantes de populares que na época estando cientes do que causou o violento suicídio atacaram a sede e destruíram veículos de distribuição do jornal que alimentou aquele clima de terror e ódio.

A diferença de lá e cá é que nesse momento da história, os movimentos sociais da população civil organizada se movem como uma barreira de defesa contra qualquer tentativa de golpe.

A diminuição nas passeatas convocadas por pessoas que não lograram êxito nas eleições presidenciais do ano passado e o aumento de pessoas nas manifestações a exemplo do dia 20 de agosto dão provas de que discursos infundados de puro ódio perderão fôlego em curto prazo. Sem contar com a violência mediante às pessoas e instituições que ultrapassaram qualquer limite a ponto de uma bomba ter sido lançada no Instituto

Lula com clara intenção de recorrer ao terrorismo como prática. Quem ousa defender atitudes como esta tem que sofrer as sanções previstas na Constituição Brasileira, que sentencia com penas sérias tais comportamentos e não se escondam atrás da democracia e da livre expressão. Até mesmo setores da economia brasileira começam a externar as suas opiniões acerca desse assunto, se afastando da influência de organizações praticamente fascistas do clima de assédio e terrorismo midiático e de partidos e lideranças de oposição que perderam o rumo no aspecto da disputa democrática.

Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, publicada nesse domingo, dia 23, o presidente do Itaú/Unibanco, sr. Roberto Setubal, defendeu a permanência da Presidenta Dilma Rousseff.

Vejamos o que ele diz: 'Nada do que vi ou ouvi até agora me faz achar que há condições para o *impeachment*, pelo contrário, o que a gente vê é que Dilma Rosseff permitiu uma investigação total sobre o tema. Era difícil imaginar no Brasil uma investigação com tanta independência. A Dilma tem crédito, nisso'.

Ricardo Semler, um dos fundadores e filiados no PSDB, sócio majoritário do Conglomerado Semco Partnes, ex-professor de Harvard e do Massachusetts Institute of Technology - MIT -, disse o seguinte: 'É bom ver alguns executivos de algema. Pela primeira vez no Brasil temos gente rica assustada. Até agora, você tinha uma classe média assustada, os pobres assustados e os ricos em suas mansões e helicópteros, ou indo para a Europa. Quando o cara é notificado pela Polícia Federal para explicar o dinheiro que ele tinha na Suíça é um horror para essa elite e é uma beleza para o Brasil. A sensação de que os ricos podem fazer qualquer coisa está fraquejando. É um indício de que esse momento do Brasil que durou 50, 60 anos está começando a terminar.'

Tais referências estão alinhadas às vozes que tentam se fazer ouvidas nas ruas, como no dia 20. Entre as pautas que estiveram nas ruas no dia 20

as que tiveram maior destaque foram: a defesa da democracia, dos direitos e contra o golpe.

A taxaço das grandes fortunas, por exemplo, no momento de crise precisa ser regulamentada, até porque está em nossa Constituição. O imposto sobre as grandes fortunas renderia R\$ 100 bilhões por ano, ou seja, todo um orçamento do Fundeb de um ano para a Educação. É o único dos sete tributos federais previstos na Constituição sem regulamentação até hoje e que precisa sair do papel em um momento no qual o governo federal busca ampliar sua arrecadação.

Quando você tem uma sociedade com péssima distribuição da riqueza, tem uma atividade econômica mais frágil. Se isentar uma parcela pequena da população com patrimônios de cerca de R\$ 1 milhão você já tira dessa tributação 95% ou 98% da população brasileira. Então essa tributação vai incidir em 2% ou 5% da população. Somente os mais ricos pagariam. E ao estabelecer essa tributação, você garante um potencial de arrecadação que eu falei, com R\$ 100 bilhões/ano."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação.

(Pausa)

Não havendo oradores do Bloco Frente Renovação que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Nícolas Reis, por até cinco minutos.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, quero registrar a presença de importantes lideranças de Witmarsun, Waldemar Ertal, presidente do PSDB; Orlando Jacó Paulo; Alcino Effting, que foi candidato a prefeito e André

Fernandes Steffen, que foi candidato a vice-prefeito de Witmarsun. Essas lideranças pertencem ao meu partido, mas são de fundamental importância para aquela querida cidade.

Sejam todos bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Nada melhor do que o registro ser feito pelo ex-governador e ex-senador Leonel Pavan.

Com a palavra o sr. deputado Níkolás Reis.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos prestigia nesta sessão, há quem aguarde um pronunciamento com relação às questões de Itajaí e o farei na sequência em Explicação Pessoal.

Subo a esta tribuna neste momento para tratar de um assunto importante tão importante, que são os 61 anos do falecimento do ex-presidente Getúlio Vargas que, na verdade, foi lembrado no dia de ontem.

(Passa a ler.)

"Getúlio Vargas, essa figura humana impressionante, seus medos e inquietações, sua coragem e determinação, sua vida espartana e austera, sua formação republicana, sua paciência, seu senso de humor e, sobretudo, seu talento inesgotável para a conciliação.

Vargas navegou nas correntes do positivismo até correntes filosóficas avançadas e reformistas da metade do século XIX como a do socialista francês Saint-Simon, um dos precursores de Marx e tais influências em sua trajetória política marcaram indelévelmente seu sentimento de brasilidade e pertencimento.

Getúlio trazia no sangue a singularidade das experiências vividas nas cavalgadas através dos pampas e das estâncias, das querelas entre maragatos e republicanos, o pastoreio e a calma dos prados.

Para Getúlio Vargas a Revolução de 1930 resgata as dívidas sociais da República herdada do Império e do Brasil Colônia. Ao se eleger por uma coalizão oposicionista - a Aliança Liberal - assume uma plataforma de vanguarda que contemplava

causas populares revolucionárias: anistia para os presos políticos, voto secreto, criação da Justiça eleitoral, lei do salário mínimo, reforma agrária. Enfim, um projeto nacionalista de desenvolvimento transformador capaz de tirar o Brasil agrário e feudal do atraso na perspectiva da industrialização e da soberania nacional. Na volta triunfal, após o exílio, Vargas inaugura um tempo novo e toma decisões que mudaram o Brasil para sempre e se estenderam até 1954.

Assim, cria o ministério do Trabalho e o ministério da Educação, a Petrobras e a Companhia Siderúrgica Nacional, revoluciona a indústria de transportes, cria Volta Redonda, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - disciplina a remessa de lucros para o exterior, regulamenta o direito de organização sindical de trabalhadores e empregadores, institui o voto feminino, o direito a férias e aposentadoria, e regula a concessão da exploração do petróleo, dentre outras políticas de cunho absolutamente nacionalista.

Em meio de 1945, regulamente a criação de partidos nacionais, PTB, PSD e UDN, para se contrapor aos agrupamentos oligárquicos e aos currais eleitorais sem doutrina e conteúdo programático.

A Era Vargas se constitui um período da história brasileira das mais fecundas e se revela na construção de uma nova pátria, com justiça social, democrática, cidadã e acolhedora.

Há 61 anos, Getúlio Dornelles Vargas saía da vida para entrar no panteão da história como o maior estadista brasileiro. Em nome do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, e do presidente estadual do PDT, deputado Rodrigo Minotto, faço esse registro e essa homenagem de resgate a sua honra e a sua dignidade."

De maneira muito especial, sinto-me honrado de hoje pertencer aos quadros do Partido Democrático Trabalhista, que é consequência de toda essa história do grande presidente Getúlio Vargas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Nícolas Reis.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

Com a palavra o sr. Deputado João Amin, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Queria cumprimentar o deputado Padre Pedro Baldissera, que comanda essa sessão legislativa, cumprimentar as deputadas Luciane Carminatti e Dirce Heiderscheidt, e em nome delas cumprimentar todos os deputados aqui presentes, as pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc.

Venho aqui, líder do governo, meu amigo de bancada, deputado Silvio Dreveck, relatar, no horário do nosso partido, o grande evento, a grande festa, a grande confraternização política que vivemos no último sábado, aqui na Assembleia Legislativa, no plenário desta Casa, na convenção do nosso partido, na Convenção Estadual do nosso partido, onde houve a troca de comando do diretório estadual.

O ex-presidente, que agora assume a vice-presidência, ex-deputado, ex-presidente desta Casa, Joares Ponticelli, e também a ascendência à presidência pela primeira vez, em 40 anos de partido, o deputado federal Esperidião Amin.

Foram 1.034 pessoas, deputado Padre Pedro Baldissera, que conseguiram, através do cerimonial do evento, preencher a presença aqui. Então, nós, com certeza, tivemos 1.300, talvez até 1.500 pessoas, que circularam no sábado aqui na Assembleia Legislativa.

Diversos partidos políticos, numa demonstração republicana, numa demonstração democrática, vieram a esta Casa. E eu gostaria de destacar alguns: PR, PT, PSD, PSB, PSDB, DEM, e me perdoem os outros partidos, os demais partidos que estiveram presentes, e eu possa estar cometendo alguma falha.

Tivemos a presença marcante da nossa senadora Ana Amélia Lemos, que do estado vizinho, o Rio

Grande do Sul, veio prestigiar o seu partido, aqui em Santa Catarina, como muitas vezes o presidente que se elegeu, que foi aclamado no último sábado, como ele também diversas vezes já esteve no Rio Grande do Sul, lá prestigiando o nosso partido.

Tivemos, também, infelizmente, algumas ausências que fizeram questão de, através de um vídeo passar uma mensagem, que foram os senadores José Serra e Aécio Neves, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Diversas outras pessoas do estado de Santa Catarina também estiveram aqui. Mas gostaria de destacar o Moacir Thomazi, de Joinville, Ari Adamy, de Concórdia, Gilson dos Santos, de Paulo Lopes.

O grande momento que o nosso partido vive se deu na unidade que foi aquele evento. Óbvio que disputa sempre haverá, mas, deputado Silvio Dreveck, a unidade do nosso partido, realmente, consegue estabelecer um futuro próximo muito gratificante, muito feliz, até porque treze anos longe do poder, juntar quase 1.500 pessoas, num sábado de manhã, num evento que foi organizado em dez dias, em uma semana, mostra que o nosso partido continua forte, graças às pessoas que formam este partido, e eu tenho muitas felicidades de fazer parte do Partido Progressista de Santa Catarina.

A valorização da juventude, a valorização da mulher, também foram fatos que merecem ser registrados, porque realmente a juventude queria dez postos, e conseguiu 18 postos no diretório, mostrando a valorização que a juventude vai ter nesta próxima gestão.

Esse novo momento faz com que possamos ver um 2016, deputado Silvio Dreveck, muito esperançoso. Acredito que a pessoa que chegou aqui no sábado pela manhã, na dúvida de ser candidato a vereador, candidato a vice-prefeito, candidato a prefeito, com certeza se sente energizado, se sente empolgado, se sente confiante para ter a coragem de, pela primeira vez, ser candidato, ou de voltar a ser candidato, porque realmente valeu muito a pena aquele evento no sábado.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado João Amin.

V.Exa. está de parabéns pela sua manifestação a respeito da nossa convenção, até porque, além da presença maciça que teve, nossas lideranças de expressão compareceram a este evento, numa demonstração clara do desejo de fortalecer o partido, visando, evidentemente, nossas eleições futuras municipais, com vereadores, com vereadoras, com prefeitos, vice-prefeitos, e enaltecer esta presença e com estas lideranças que estiveram no dia 22, no sábado último passado.

Além do prestígio e da presença de representantes de outros partidos que estiveram nos prestigiando, a exemplo do PSDB, PSD, PSB, PR, do PPS e de outros que marcaram presença, foi um evento democrático, marcante para o partido, mas acima de tudo para Santa Catarina. O Partido Progressista deu grandes contribuições ao povo catarinense e é com esse espírito público da nossa liderança que voltamos fortalecidos com o propósito de fazer o melhor para todos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Obrigado, deputado. Seria muito justo que v.exa. assumisse a presidência, mas assumiu uma importante função, que exerce com muito afinco e determinação, que é a liderança do governo na Assembleia Legislativa. V.Exa. participou ativamente do evento e participa diretamente do momento que vivemos juntos, com certeza fazendo um 2016 com muita esperança para as pessoas filiadas ou que venham a se filiar ao nosso partido.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado, é inegável que o PP tem uma história importante no estado de Santa Catarina. Cada partido que assumiu o governo deste estado deixou sua digital em coisas importantes. A história do PP tem que ser lembrada para fazer este estado que hoje nos

orgulhamos. E vimos na convenção um partido unido, coeso, com os olhos para frente, vislumbrando projetos importantes para o estado e o Brasil. Por isso, estivemos com o presidente Marcos Vieira, com os dois senadores, o Paulo Bauer e o Dalírio Beber. E até acabei usando a palavra. Sentimos que estamos trabalhando juntos nesta Casa. Pertencemos a um bloco que converge nas ideias e esperamos que isso traga resultados positivos para o estado.

Quero cumprimentá-lo. Leve meus cumprimentos ao Esperidião Amin, a toda a nova diretoria do PP. Foi de grande importância participar desse evento democrático.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Não pude me fazer presente ao evento devido a outros compromissos, mas estava em sintonia. V.Exa. havia me convidado, e reconheço as grandes lideranças que o Partido Progressista possui e o efetivo trabalho que tem desenvolvido em favor dos catarinenses.

Então, quero parabenizá-los pela convenção, pelo grande encontro que fizeram e desejar ao novo presidente Esperidião Amin sucesso no comando, na coordenação do PP no estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Eu não poderia ficar calado, sabendo que tantos amigos fiz e ainda tenho no Partido Progressista. Foi um momento importante da minha vida. Não pude participar, porque estava em João Pessoa, mas acompanhando as fotos, que o deputado Leonel Pavan postou, pelo *Instagram*, vivi esse momento.

Quero parabenizar a nova diretoria, a presidência do Partido Progressista comandado pelo ex-governador Esperidião Amin, desejar sorte. E como a gente diz: Quem sabe um dia o 11 esteja de volta à minha vida.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Quero parabenizar o Partido Progressista e desejamos ao Esperidião Amin e toda a agremiação sucesso. A política se faz com partidos e com força. Isso vocês estão tendo.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Quero agradecer todas as manifestações, pessoas que estiveram presentes e as que mandaram mensagens, a todas as pessoas que ajudaram na organização da festa, todos os funcionários da Assembleia que foram solícitos com todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente!

Apenas para registrar a presença do vereador Valderi Zortea, de Pinhalzinho, seja bem-vindo, volte sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pela manhã estivemos no Centro Administrativo conversando com o governador Raimundo Colombo e com toda a equipe de secretários, secretária Angela Albino representando os demais secretários, de Segurança, de Educação, de Cidadania, enfim, o *staff* do governo estava presente na manhã de hoje, juntamente com governador e vice-governador, para darmos um choque na extensão sobre o que está

acontecendo hoje em termos de drogas. As drogas estão avançando na nossa sociedade, estão tomando conta, estão sendo a causa de morte por assassinato de sete a cada dez pessoas. A principal droga é a bebida alcoólica, ela, sim, é que inicia esse processo de destruição dos nossos filhos, da nossa juventude, das nossas crianças, tendo como agravante os traficantes.

Está aqui a grande campanha que se inicia e deve ser continuada, a campanha das drogas no estado de Santa Catarina. Temos certeza de que todos nós, deputados, somos responsáveis, sim, por fazer com que haja a diminuição das drogas em nosso estado.

Nós temos que, inicialmente, nos preocupar com a educação que deve ser reforçada nas escolas, isso com segurança pública nas escolas. Temos que ter a polícia presente, aliás, quero aqui mencionar a presença do comandante-geral do estado de Santa Catarina dos Bombeiros, que realmente fazem parte do cuidado das nossas crianças.

O maior projeto do governo Raimundo Colombo, hoje, é desenvolvido pela Polícia Militar, que se chama Proerd. Parabéns aos policiais militares do estado de Santa Catarina que desenvolvem tão bem esse projeto, o qual está dando resultados porque ele mexe com as crianças nas escolas e são milhares de crianças que recebem o título de formação desse curso, sendo que a droga é o ensinamento principal desse importante projeto do governo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

As pessoas não podem consumir drogas e reclamar da violência em nossa sociedade. Veja o que diz um autor em sua fala: *'Ou você para com as drogas, ou para de fingir que não tem nada a ver com isso'*. É verdade! Muitas vezes aparece o problema das drogas e nós fazemos de conta que não é conosco, que nós não temos nada a ver com isso. E nós temos, sim, temos responsabilidade do que serão os nossos filhos, responsabilidade do grande empenho que nós temos em construir essa juventude que aqui se encontra, como construir dias melhores para os jovens. E temos certeza, deputado Leonel

Pavan, que as drogas são, sim, o grande tema do momento.”

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Acho que esse tema é diário de todas as pessoas de bem, de todos os governos comprometidos com as famílias, independente de cores partidárias. Esse tema tem que ser debatido nas escolas, nas famílias.

Mas, os governos têm o grande compromisso de fazer com que possamos combater esse mal oferecendo alternativas para os jovens.

Nós, agora, há poucos dias vimos a Olesc ser encerrada neste estado. Uma atividade esportiva que atende os jovens, adolescentes, os professores, famílias. Uma atividade desportiva que integra a família e cria opção de lazer. E o estado que tem essa missão de fazer o bem, de combater esse malefício, que são as drogas, faz o quê? Impede uma atividade desportiva, uma atividade onde a juventude acaba se unindo e debatendo temas como este, certamente, deixando essa juventude solta e correndo o risco muitas vezes de se perderem nesta atividade que nós tanto a combatemos, que são as drogas.

Nós temos que debater, mas o governo precisa criar alternativas, ou melhor, não tirar as alternativas que já existem. E, infelizmente, é o que está ocorrendo no momento aqui em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ismael dos santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Realmente, nós temos o Projeto Reviver e ouço o deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - obrigado, deputado Antônio Aguiar, parabéns pela sua intervenção.

Na verdade observando o cenário todo desta manhã e a proposição do governo do estado até confesso que discordo um pouco da proposta de *marketing*. Não dá mais para suportar ou coisa assim. Eu acho que há muito tempo não dá para

suportar. Já estamos um pouco atrasados nessa perspectiva.

Falar sobre drogas é um quebra-cabeça. Se me permitem a metáfora é um mosaico, com vários protagonistas. E aí o deputado Leonel Pavan tem razão quando fala da perspectiva da Educação, que é uma peça chave. E sempre digo que a prevenção é a pérola de todo esse processo.

Mais uma vez quero aqui parabenizar o Proerd que foi tão bem destacado nesta manhã, com um milhão de catarinenses que já passaram por esse fabuloso programa, uma espécie de vacina contra as drogas. Mas é preciso avançar. Nós temos a questão da reabilitação, e v.exa. citava o Programa Reviver que, felizmente, fechamos agora a Fase 2 com 82 comunidades em todo território catarinense. Temos a questão da repressão e a questão do efetivo, o monitoramento eletrônico, a polícia de inteligência. Temos todo o processo de ressocialização que tem que ser feito em paralelo com a recuperação com a reabilitação e temos o processo da legislação que compete a nós enquanto parlamentares nesta Casa e também o Congresso Nacional e as nossas câmaras de vereadores.

Mas queremos, sim, ratificar as suas palavras, deputado. Dizer que é preciso que a sociedade esteja unida, consciente. Essa é a proposta de conscientizar a sociedade para este grande mal que de fato tem destruído vidas, negócios, sonhos, projetos. E é por isso que nós lutamos por uma Santa Catarina sem drogas.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Primeiro quero referendar a manifestação no sentido de abordar esse tema tão complexo e que exige de nós um olhar mais profundo sobre a problemática das drogas.

Eu diria que há necessidade de um debate sobre a saúde mental que vai para além do tratamento ao viciado, enfim, a toda problemática das drogas.

Mas quero referendar aqui a manifestação e a preocupação do deputado Leonel Pavan, uma vez que nós fazemos um discurso, mas a prática é outra.

Paulo Freire já dizia em seus brilhantes pronunciamentos que os discursos comovem, mas a prática arrasta. Os exemplos arrastam!

Nós não precisamos de discursos do governo defendendo educação integral, defendendo esporte e lazer.

Nós precisamos de decisão do governo para no dia a dia de fato implementar esses programas.

Quero lamentar aqui mais uma vez que tanto a Olesc quanto o Parajesc não estão em andamento. E terá consequências, porque as consequências são nós correremos o risco de não termos outras competições uma vez que esta não foi executada.

Então, acho que isso é muito ruim para a nossa juventude, muito ruim para os nossos adolescentes, nossos jovens, muito ruim para o combate às drogas.

Então, quero pedir a v.exa. que insista conosco para que seja retomado. Estamos aguardando a palavra que foi dada pelo governador de retomar os jogos mesmo que sejam com recursos menores.

Mas quero referendar a sua manifestação.

Parabéns, obrigada!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu quero dizer a toda comunidade catarinense que as drogas não dá mais para aceitar. Esse foi o grande tema, a grande frase dita hoje pela manhã.

Então, não dá mais para aceitar as drogas.

Em nossa comunidade, em nossa família, nós temos 63% da juventude que tomou seu primeiro gole de cerveja ou o primeiro gole de bebida alcoólica em casa e, segundo a estatística: 63% da juventude fez isso em casa.

Então, temos que mudar os hábitos da nossa casa. Nós temos três fases importantes da nossa caminhada das drogas.

A primeira fase é a educação. É lá na escola que temos que prevenir, é lá na escola que temos que trabalhar a criança para que ela tenha consciência de que a droga faz mal a nossa saúde, faz mal a nossa família, faz mal as pessoas.

A segunda fase é a da repressão, na qual entra a polícia para prender os traficantes. É uma fase complicada, porque se fala em número de efetivos, de apreensão de drogas, como a maconha e a cocaína, mas não se fala do cuidado com a bebida alcoólica. O menor, por exemplo, comprando bebida alcoólica.

E aí nós temos a terceira fase, que é a da saúde, a fase do tratamento que é feito através das grandes instituições no nosso estado. Essas instituições fazem o tratamento paliativo e nós precisamos com esse programa Reviver, melhorar as nossas instituições.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Nobre deputado, parece que quando o governo fala que não dá mais para aceitar as drogas, nos perguntamos se antes dava para aceitar. Na verdade, não! V.Exa. toca exatamente na questão de quando se fala que agora não dá mais para aceitar as drogas, é no sentido do consumo de bebidas alcoólicas, sobre esse conceito que v.exa. falou, sobre aquelas pessoas que dizem que é só um baseadinho e que não há problema, ou seja, é neste espírito de que não há problema que precisamos dizer que agora não dá mais para aceitar.

Por isso, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e todos os deputados que falaram aqui, porque agora vamos começar a tratar a causa e não o efeito.

Parabéns ao governo do estado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado, sem dúvida nenhuma é mais uma ação do governo do estado, e fazemos parte desse governo e estamos mostrando aqui uma ação muito importante, por exemplo, quando vi, na semana passada, em São Francisco do Sul, um jovem na sala de aula com três baseados, traficando, vendendo maconha dentro da sala de aula. Precisamos, sim, que haja fiscalização nas escolas. Este é o projeto que queremos a interferência do governo para que a fiscalização nas escolas se torne mais eficaz.

Nesta escola de São Francisco do Sul, tivemos a ação da Associação de Pais e Mestres. Ora, se os pais dos alunos decidiram fiscalizar a escola, nossos parabéns!

Era o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do vereador Vanilto de Souza Muller, o Nito, de Grão Pará e o Edemo Souza Boing, empresário também daquele município que visitam esta Casa. Sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência, em função do horário e não havendo mais oradores inscritos, suspende a presente sessão até às 16h, para iniciarmos a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soa a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0108/2015.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade de Proposta de Emenda à Constituição n. 0010/2015, de autoria da Mesa Diretora, que acrescenta o art. 85-A à Constituição do Estado de Santa Catarina, para o fim de dispor sobre súmula com efeito vinculante no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, esse é um assunto complexo, e v.exa. apresenta uma proposta de emenda constitucional para criar em Santa Catarina a súmula vinculante.

A súmula vinculante foi criada no Brasil, instituída pela Emenda Constitucional n. 45, para o Supremo Tribunal Federal. Na ocasião houve uma mudança na Constituição Federal e foi instituída essa súmula, que está esculpida no art. 103 da Constituição Federal. Na época, houve uma discussão sobre a constitucionalidade ou não da súmula vinculante, depois acabou suplantada essa discussão porque se entendeu que a súmula vinculante, instituída pela Constituição Federal, era constitucional.

Entretanto, ela só vale para o Supremo Tribunal Federal, não vale para o Superior Tribunal de Justiça ou para outros tribunais superiores.

O deputado Gelson Merisio pretende incluir na Constituição Estadual uma súmula vinculante, que tem por finalidade, como o nome diz, vincular as decisões do Tribunal de Justiça, proferidas pelo Tribunal de Justiça, para todos os outros órgãos estaduais da administração pública direta e indireta.

Então, uma decisão editada numa súmula vinculante estadual não poderia ser contrariada por estes órgãos. Se fosse contrariada, caberia um instituto chamado reclamação, feita ao Tribunal, como tem a reclamação feita ao STJ.

Vejam, a súmula vinculante é diferente das outras súmulas editadas pelo Judiciário, que são súmulas editadas, mas que não há necessidade de que sejam seguidas judicialmente por outro juiz ou por outros órgãos da administração pública.

A súmula vinculante, como o próprio nome diz, vincula as decisões. Se não decidir de acordo com a súmula, é possível uma reclamação.

Aqui nós estamos discutindo a chamada constitucionalidade, a admissibilidade. A admissibilidade prevista no art. 60 da Constituição, de emenda constitucional, prevê algumas questões. Primeiro, evidentemente, que na Constituição Federal, que não tenta abolir os Direitos e Garantias Fundamentais, que não seja o efeito em determinadas circunstâncias, como o estado de sítio, de Intervenção.

Existe, então, que tenha um número mínimo, um terço de deputados e senadores para apresentar, e aqui em Santa Catarina é a mesma coisa, se repete, em Santa Catarina, essas exigências.

É claro que eu não posso ter uma emenda contrária à Constituição Federal. Quer dizer, a Constituição Estadual de Santa Catarina tem que se submeter à Constituição Federal. O país é uma federação e a Constituição Estadual tem que se submeter à Constituição Federal.

E nós obedecemos também a tese, inclusive, de que existem emendas constitucionais inconstitucionais, uma teoria que foi criada por um alemão chamado Otto Bachof, e que prevalece no Brasil, mesmo que a emenda constitucional seja feita à Constituição federal, ela pode ser inconstitucional. E aconteceu várias vezes isso.

Lembro, por exemplo, a questão da verticalização, que se derrubar a verticalização, é uma emenda constitucional, mas se considerou que aquela emenda não podia derrubar a verticalização no mesmo ano.

Então, pode a Assembleia Legislativa propor uma emenda constitucional à Constituição Estadual para criar uma súmula vinculante? Entendo que não. Por quê?

O principal motivo disso é porque nós estamos legislando sobre direito processual, basicamente, uma súmula vinculante é direito processual. Vide exemplos: a Assembleia Legislativa de São Paulo fez uma lei criando a videoconferência estadual, e foi declarada inconstitucional, porque era direito processual. O Congresso teve que votar uma lei para criar a utilização da videoconferência para interrogar réus presos.

Ora, direito processual, diz o art. 5º, inciso 22, da Constituição, é prerrogativa da União, só a União pode legislar sobre o direito processual. Mesmo que eu altere a Constituição Estadual, aqui, e que faça uma emenda, e que vincule apenas o Tribunal de Justiça, isso é direito processual. Eu estaria vinculando todos os órgãos do Poder Judiciário a isto.

Os advogados de Santa Catarina, de repente, não podem fazer um recurso, daqueles que existem hoje, no Código Processo Civil, que foi recentemente alterado, não poderiam fazer em Santa Catarina, porque este recurso não caberia aqui no estado porque há uma súmula vinculante feita aqui.

Então, há uma decisão no primeiro grau, sobre determinado assunto, civil ou criminal, o juiz de primeiro grau decidiu de forma diferente da súmula, o advogado não pode fazer um recurso.

Nós vamos entrar, evidentemente, na questão do mérito, depois. E no mérito nós podemos debater longamente a questão da validade ou não. Acho que o deputado Gelson Merisio levanta uma questão importante, a questão da celeridade da justiça e outras questões.

Esta questão do mérito é uma questão importante, foi debatida no Brasil, pode se discutir a questão de súmula vinculante para o STJ, acho que nós temos que discutir isso. Acho importante a discussão.

Aliás, eu até falei na semana passada, aqui, que ele tem levantado uns temas importantes. Até disse, em tom de piada, aqui, que alguns dizem que ele está levantando temas importantes para se catapultar para disputar uma eleição em 2018.

Falei que, evidentemente, não tenho nem o poder de premonição, nem de ler os pensamentos do deputado Gelson Merisio, e as intenções, cada um tem as suas, mas ele tem levantado temas importantes, aqui. São temas importantes sobre a questão.

Agora, este é um tema importante, evidentemente que é um tema importante. A ideia de dar celeridade ao Judiciário é um tema importante. A própria Constituição Federal incluiu no art. 5º,

inciso 78, a ideia da celeridade do processo como um direito fundamental.

Mas podemos fazer aqui uma alteração na Constituição para criar a súmula vinculante, ultrapassando a vedação da Constituição federação de que apenas a União pode legislar em direito processual ou estaremos cometendo uma inconstitucionalidade formal? Ninguém pode dizer que tenha a verdade ainda mais em questões relativas ao direito constitucional, mas entendo que esse tema mereceria antes de votarmos a admissibilidade uma atenção especial, inclusive uma reunião, uma audiência pública envolvendo os principais juristas do país. Estamos tratando aqui de um assunto de enorme repercussão do ponto de vista judicial, que terá impacto na vida e no cotidiano das pessoas.

Conheço juristas brasileiros que têm uma tese contrária a essa questão. Até telefonei para algumas pessoas nesta manhã. Evidentemente há juristas a favor. Mas é importante haver um debate mais aprofundado sobre essa relevante questão. A admissibilidade está dizendo que admitimos porque é constitucional a discussão, não ofende os direitos individuais, não estamos num estado de sítio, não estamos num estado de intervenção, mas a questão é a seguinte: Será que essa emenda constitucional não afronta os direitos fundamentais do cidadão, lá, no primeiro grau, que tem um direito. E, a partir da decisão de um tribunal, ele vê o seu direito cerceado daquilo que é o duplo grau de jurisdição muitas vezes, daquilo que a iniciativa do juiz de primeiro grau, do princípio do juiz natural, do princípio do livre convencimento do juiz? Há muitos assuntos aí pendentes.

Então, queria propor, deputado Gelson Merisio, que pudéssemos adiar essa matéria, a votação da admissibilidade e, por iniciativa de v.exa., fazer aqui uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, chamando pessoas de renome nacional para o debate. A Assembleia pode fazer isso. Vamos começar o debate aqui. E, se formos convencidos, votaremos a favor. Mas, sinceramente, neste

instante, não estou convencido de que essa tese possa prosperar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado, primeiramente, quero agradecer as considerações de v.exa., que é um conhecedor da área de Direito e levanta questões pertinentes. Quanto à protocolação da matéria, não foi feita de forma impensada e tampouco é de minha própria redação, até porque não sou jurista e não tenho conhecimento profundo sobre as questões constitucionais.

O texto dessa PEC foi elaborado por cinco doutores da Universidade Federal que fizeram um estudo aprofundado da constitucionalidade da matéria e encontraram vertentes sólidas onde a sua aprovação poderia ser sustentada no Supremo Tribunal Federal. Antes de protocolar a PEC, estive na OAB, há mais de 60 dias, e apresentei a sugestão desse grupo de doutores da Universidade Federal. A OAB submeteu a sua câmara de direito constitucional, que é formada pelos principais juristas do estado, e a decisão da OAB pela maioria absoluta dos seus membros foi pela constitucionalidade da matéria.

Afora isso, também fiz um contato com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. O que há tanto na OAB, como no Tribunal de Justiça e no Ministério Público é diferenças de entendimento e de compreensão sobre o mérito da emenda constitucional, e não existe nenhuma pretensão de que seja imposta e tampouco aprovada ou rejeitada.

O debate é extremamente relevante. Acho que deveríamos realizar várias audiências públicas, caso fossem necessárias, com vários órgãos da sociedade. Ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal quando esteve em Santa Catarina, durante o almoço que tivemos, mostramos a PEC. Ele também levantou dúvidas, em princípio, com relação à constitucionalidade, mas também entendeu que há um espaço para se evoluir, uma vez que o STJ também está pensando, agora, em editar a sua súmula vinculante e há um julgamento previsto no Supremo

Tribunal Federal. As pessoas que construíram o texto - fui porta-voz dessa apresentação - entendem dessa forma e me convenceram disto: De que há fundamento para uma defesa da sua constitucionalidade e que deverá ser resolvida, assim como foi, deputado Romildo Titon, quando da aprovação do Código Ambiental, quando tivermos o julgamento de fato. Porque quando se trata da constitucionalidade há várias teses a serem definidas. Muitas vezes, por pequena maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal se dá o encaminhamento. Chegar a essa decisão, parece-me que há um debate consistente que nós devíamos fazer. Por isso, vou manter a votação da admissibilidade com todo o tempo necessário para discussão da matéria, porque na prática ela será uma emenda constitucional se aprovada nesta Casa no seu mérito. Com relação à constitucionalidade, respeitando a posição de v.exa., acho que é pertinente, também existem vários outros doutores como se tem, aqui, que possuem entendimento contrário, nós nunca vamos ter uma definição concreta neste órgão colegiado para saber se é ou não constitucional. Vamos ter mais dúvidas ou menos dúvidas, somente teremos certeza quando tivermos um processo avançado, caso o mérito se demonstre nos debates que serão feitos com a OAB, com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, mostre-se uma evolução para ocorrer. Sinceramente, com a matéria de estado única no Brasil, não tem nenhum outro estado que tem súmula vinculante. Aqui em Santa Catarina, para se ter uma ideia, caso ela fosse aprovada, nós tiraríamos de cara, do arcabouço jurídico do estado, em torno de 20 mil processos, que tratam exatamente da mesma matéria, com decisões 99% iguais em todos os processos. Esse é o objetivo da medida, que merece ser debatida e merece prosperar. Por isso, respeitando a opinião de v.exa., está mantida a votação na questão admissibilidade. Na questão do mérito não há nenhuma pressa para que haja um debate para que evolua ou não.

Continua em discussão a admissibilidade.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, acabei de ouvir dois belíssimos oradores intelectuais e conhecedores da matéria.

Primeiramente gostaria de dizer que por pouco o deputado Fernando Coruja não me convenceu de que a matéria não deveria ter andamento quanto à admissibilidade. Mas v.exa. faz uma argumentação de um estudo profundo que foi feito por conhecedores do direito constitucional. Portanto, diante dessa argumentação de v.exas., convenci-me de que se essa matéria tem espaço para debate e é importante que nós façamos com que hoje ela seja aprovada, e com tempo suficiente, porque o mérito, segundo v.exa., pode ser aprovado ou não. Então, penso que ainda não é definitivo e por conta disso sugiro que aprovemos a sua admissibilidade para dar o espaço suficiente, como v.exa. sugeriu, aos debates futuros com o interesse da própria sociedade.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Na mesma esteira do que o deputado Silvio Dreveck fala, eu também fiquei com o mesmo sentimento quando o deputado Fernando Coruja saiu da tribuna. Eu quis lhe ouvir exatamente para ver a sua explanação.

Como eu pratico da mesma forma, muitas vezes, muitos projetos de leis que nós implantamos aqui para ser discutido vem de algum lugar, vem de alguma base e eu entendo perfeitamente qual é o nosso papel. E, neste caso específico, acho que temos que aprovar a admissibilidade para que depois sejam feitas, como disse o deputado Fernando Coruja, as audiências públicas com os órgãos envolvidos.

Parece que temos aqui também alguns alunos da área de Direito, que estão nos visitando, ou seja, esses professores, esses novos atores do processo legal, podem verificar isso, até porque eu já sugeri aqui projetos de lei, únicos no Brasil, e que hoje estão sendo discutidos em todos os outros estados, como por exemplo, o direito ao consumidor do seguro ter o direito de escolher a oficina que vai arrumar o seu carro.

Então, eu entendo que Santa Catarina está sempre na vanguarda desse processo. E como disse v.exa. aprovado isso, tendo essa súmula vinculante, nós vamos dar um grande passo para que outros processos, outras pessoas, que estão esperando esses processos tão demorados na Justiça.

Por isso, peço vênia para que possamos votar pela admissibilidade para podermos discutir, depois, nas comissões e audiências públicas toda essa dúvida levantada pelo deputado Fernando Coruja com relação à questão legal ou não.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, poderíamos afirmar que é praxe desta Casa votar pela admissibilidade das PECs. Eu, particularmente, já cheguei a assinar emenda constitucional mesmo tendo dúvidas e divergências, mas para dar a possibilidade do debate e do trâmite.

Então, sempre teremos dúvidas do fundamento legal, mas eu acho que é razoável nós votarmos pela admissibilidade e termos tempo para aprofundar o debate e daí, sim, votarmos definitivamente essa matéria, que no meu entendimento é importante.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, eu venho aqui fazer coro ao discurso do deputado Fernando Coruja, fazendo um apelo a v.exa.

Deputado Kennedy Nunes, por gentileza, peço sua atenção por um segundo. No pronunciamento de v.exa., deputado Gelson Merisio, foram feitos esclarecimentos sobre a preparação, sobre a fundamentação para elaboração do projeto até que ele tenha sua entrada nesta Casa Legislativa. Falou da consulta realizada com alguns professores doutores na Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, falou da consulta que fez à OAB/SC e da consulta informal aos representantes do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do nosso estado.

Dentro da OAB existe uma grande divergência. V.Exa. até disse que na Câmara foi aprovado por maioria absoluta. Entretanto, nesse entendimento de que não teria competência a Assembleia Legislativa para legislar sobre o tema há dois fatores de discussão.

O primeiro é sobre a competência da origem da apresentação; e o segundo, sobre a forma de aplicação em sendo constitucional a Assembleia poder apresentar. Nós, neste momento, estamos discutindo a admissibilidade da matéria, porque, obviamente, existem dúvidas, tanto na OAB quanto pelo próprio ministro Ricardo Lewandowski. V.Exa. manifestou-se aqui que quando ele teve a informação, em princípio, surgiram dúvidas sobre a matéria ser pertinente ou não do ponto de vista da constitucionalidade. E acredito que o apelo que o deputado Fernando Coruja faz vem ao encontro do desejo desta Casa em poder, sim, ter uma posição muito mais sólida e confiante quando da análise da admissibilidade, porque senão, deputado Valdir Cobalchini, que participa da CCJ, nós teremos dúvida aqui se nós podemos gerar despesas, o que é gerar despesa e o que não é gerar despesa, questões menores que nós estamos tendo dificuldade

de analisar a admissibilidade e prorrogando para poder amadurecer.

Agora, estamos discutindo um projeto de grande envergadura do ponto de vista das deliberações judiciais do nosso estado e, se esta Casa não sair, no meu modesto ponto de vista, unida no entendimento da constitucionalidade, isso, obviamente, se tivermos o debate judicial, se isso terá validade ou não, teremos o posicionamento deste Parlamento, quando da defesa da matéria em sendo aprovada e não vetada pelo Poder Executivo, podendo ser promulgada por esta Casa Legislativa.

Então, acredito que o apelo que o deputado Fernando Coruja faz, não dá possibilidade, sei que v.exa. não está fechando a atenção no intuito de poder debater, mas tem dois momentos, o da admissibilidade, que é fundamental nesse ponto, e que depois a forma de aplicação pode ser discutida no mérito, e aí existem outras divergências. Mas que nesse primeiro momento haja, pelo menos, um debate definido, não exclusivo da CCJ, nesta Casa. Temos a possibilidade de uma audiência, sim, com todos os deputados na comissão de Constituição e Justiça que consolidasse um posicionamento unânime desta Casa, para chegarmos, se houver um debate futuro da validade jurídica ou não da proposição, muito mais forte e de maneira integrada nesse processo, porque, salvo melhor juízo, hoje nós estamos ainda inseguros neste tema.

Eu, particularmente, recebi dois telefonemas pedindo que debatêssemos mais esse assunto e tentássemos prorrogar porque há posicionamentos contrários à admissibilidade. Eu não me sinto seguro ainda para votar a admissibilidade.

Então, quero reforçar o apelo do deputado Fernando Coruja para, quem sabe, possamos consolidar mais esse assunto, até porque o debate vem à tribuna pela primeira vez e, por mais que a imprensa tenha divulgado parcialmente, nem todos os deputados tiveram familiaridade com o tema. E isso permitiria eliminar qualquer dúvida dos parlamentares e vir com uma posição única e mais sólida desse Parlamento.

É uma sugestão que faço a v.exa., sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Gean Loureiro, tenho duas colocações. Com relação à audiência pública para tratar da admissibilidade, ela deveria ser defendida na comissão de Constituição e Justiça.

E quando o projeto foi protocolado, sinceramente, eu não tinha nenhuma pressa em fazer a matéria, até porque não é um tema que se vá votar, quem sabe, nem neste ano, nem no ano que vem a sua efetividade.

Com relação à constitucionalidade, na comissão não conversei com nenhum dos srs. deputados, e isso é absolutamente natural desta Casa, e não lembro nenhuma outra matéria que nós tenhamos votação divergente na Casa com relação à constitucionalidade. Por isso, mesmo compreendo que queira votar contra, e é legítimo, vou manter a votação no dia de hoje porque ela passou pelas comissões. Se tivesse requerido audiência pública, coisa que nunca foi feito, porque audiência pública você faz na tramitação do mérito, nunca em uma audiência pública para a admissibilidade, mas se houvesse necessidade não haveria nada a contrapor. Por isso mesmo a matéria será votada. E com toda minha sinceridade, não é um tema que para mim seja um cabo de guerra. Eu acho que é um tema importante para ser debatido. Agora, se a maioria desta Casa entender que não é, não vou me sentir de forma alguma ofendido ou derrotado.

Eu estou propondo um debate. Aliás, não sou eu, é a Mesa que está propondo, porque sugerimos à Mesa que fizesse o debate tendo em vista a relevância do tema para a Casa. Entendo dessa forma.

Mas respeito a posição contrária de alguns, muito embora sinceramente existam dúvidas e sempre vão existir, como citei o exemplo do Código Ambiental.

Acredito que se não discutirmos isso profundamente no mérito, vamos perder uma prerrogativa e uma oportunidade.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, analisando a matéria, e até subi na Presidência para dar uma lida no projeto, entendo que essa matéria para mim é inconstitucional, por duas questões. Uma que a Assembleia Legislativa não pode legislar sobre questão processual, porque é competência exclusiva da União.

Nós estamos legislando sobre processos.

A segunda inconstitucionalidade seria porque estaríamos impedindo o cidadão de exercer o direito constitucional ao segundo grau de jurisdição, porque segundo a súmula vinculante, depois de apreciado no tribunal, não poderia ser recorrido ao Supremo Tribunal Federal.

Então, entendo que deveríamos, sim, analisar a preocupação do deputado Silvio Dreveck, porque se a matéria for considerada constitucional, depois ela continuará sendo constitucional. Até porque, mesmo a comissão dando parecer não teve a análise de todos os deputados da Casa. Está tendo agora. O que eu e os deputados estamos pedindo é, talvez, um prazo maior para debater esta questão constitucional. Vejo que a aprovação pela constitucionalidade não trará prejuízo, a não ser por esta dúvida, deputado Silvio Dreveck, da constitucionalidade da matéria.

Então, entendo que estamos legislando sobre matéria processual, que é privativa da União, tirando o duplo grau de jurisdição. Mas vamos respeitar a decisão da Casa, sr. presidente.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu queria voltar a essa questão, porque a admissibilidade discute a constitucionalidade, se é possível debater a matéria. A Constituição diz que não será

objeto de deliberação a proposta de emenda que ferir o princípio federativo. Porque depois de vencida a constitucionalidade, no mérito, vamos supor, pode ser alguém que ache que é inconstitucional, mas no mérito é a favor. Não é o meu caso, pois acho que é inconstitucional, inclusive sou contra o mérito, mas muita gente pode achar inconstitucional e aceitar o mérito.

O momento de discutir a inconstitucionalidade é este, aí vamos analisar o mérito. Quando formos discutir o mérito não poderemos mais discutir a inconstitucionalidade porque o prazo já estará vencido. Na hora de discutir o mérito a constitucionalidade está vencida! Não posso discutir a constitucionalidade de uma matéria na comissão de Trabalho porque lá vamos discutir o mérito.

Só para argumentar mais, solicitei e recebi o parecer n. 017/2015 desta Casa, que entende que é inconstitucional, e diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Ante o exposto, entende-se que a proposição de Emenda Constitucional que vise permitir ao Tribunal de Justiça que edite súmula com poderes vinculantes, fere os princípios basilares inseridos na Magna Carta de 1988, em especial, aqueles da razoabilidade, proporcionalidade e do devido processo legal, além de enfadar o texto disciplinado no art. 22, inciso I, da CF/88." Que é a questão de direito processual. Então a própria Casa pela sua Consultoria Legislativa se manifesta pela inconstitucionalidade.

O Sr. deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas para colaborar, aproveitei inclusive enquanto os deputados estavam fazendo suas argumentações, ao mesmo tempo ouvindo-os e fazendo uma pesquisa rápida. Não tenha dúvida de que podemos discutir pareceres, constitucionalidade de qualquer matéria, se fosse matemática seria mais

simples, mas o campo jurídico não é uma ciência exata, por isso teremos pareceres de todas as formas.

A súmula vinculante sempre foi discutida e sempre houve discussão, inclusive no âmbito nacional antes de ser estabelecida. Também tenho dúvidas depois em relação ao mérito da aplicabilidade ou não, e neste momento minha manifestação seria permitir que esse debate seja feito, porque se não admitirmos não existirá o debate.

Então, acho que devemos permitir, votar e nos reservaríamos depois no mérito de discutir melhor, aprofundar e aí, sim, acho que seria importante fazer audiências públicas, ouvir diversas posições, principalmente os operadores do Direito aqui em Santa Catarina, advogados, juizes, promotores e também a sociedade geral para formarmos uma posição de mérito sobre a matéria.

Obrigado sr. presidente.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, vou usar um jargão muito manequinho: "uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa".

A admissibilidade não tem nada a ver com o mérito da PEC. Esta proposta de emenda constitucional, casualmente, foi admitida na comissão de Constituição e Justiça e volta para a mesma comissão. A admissibilidade cumpre uns requisitos que o nosso Regimento determina, por exemplo, não pode infringir a questão dos poderes constituídos, ou seja, preencheram os pré-requisitos que o regimento determinou, ela é admitida, vem a Plenário e aqui admite ou não. Aí, sim, a sua constitucionalidade, o cerne da matéria é que vai ser discutida agora na comissão de Constituição e Justiça admitida aqui em Plenário. Repito, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa.

Então, se a comissão de Constituição e Justiça emitiu um parecer pela admissibilidade cabe ao plenário desta Casa acatar o que foi aprovado pela CCJ ou não. Se rejeitar está morta a matéria, se aprovar volta para lá. Daí lá, sim, será a comissão de mérito que vai tratar de todas as questões de constitucionalidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não

DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NÍKOLAS REIS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim" e nove votos "não".

Está aprovada a admissibilidade da matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0072/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari, que declara de utilidade pública o Instituto Francesco Zomer, de Orleans.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0382/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, que dispõe sobre o atendimento prioritário aos portadores de doenças raras no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0152/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos hospitais que recebem custeio por meio de convênios e que não são administrados diretamente pelo estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0153/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações acerca da paralisação das obras da Rodovia SC-135, trecho entre os municípios de Campos Novos e Tangará, e previsão para conclusão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0154/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca do concurso da Polícia Militar de Santa Catarina, referente ao edital n° 014/CESIEP/2015.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0107/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à Presidente da República, ao presidente da Petrobras e ao presidente da Transpetro, apelando pela permanência do setor administrativo do Terminal Aquaviário da Transpetro, sediado em São Francisco do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0796/2015, de autoria do deputado Mário Marcondes; 0797/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0798/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0799/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0800/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0801/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0802/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0803/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0804/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0805/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0806/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0665/2015, 0677/2015 e 0678/2015 de autoria do deputado Jean Leutprecht; 0666/2015, de autoria do deputado Valmir Comin; 0667/2015, 0668/2015, 0669/2015 e 0670/2015 de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0671/2015, 0672/2015 e 0673/2015 de autoria do deputado Neodi Saretta; 0674/2015 de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0675/2015 e 0676/2015 de autoria do deputado Cleiton Salvaro.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado ex-governador, Leonel Pavan.

Eu quero, cumprimentando a deputada Luciane Carminatti e os demais deputados de Chapecó, em especial o nosso presidente Gelson Merisio, parabenizar a cidade que hoje completa, se não estou equivocado, 98 anos. O município de Chapecó, que é a capital do oeste catarinense, e, porque não dizer, a capital da agroindústria de Santa Catarina e do sul do país. Parabéns aos chapecoenses pela data de hoje.

Também gostaria de me congratular com o governo do estado e com o governo federal, deputado Dirceu Dresch, pela parceria que amanhã se concretiza, finalmente, na inauguração do Hospital Regional de Biguaçu, Helmuth Nass, amanhã às 9h30, com a presença do ministro da Saúde, Arthur Chioro. Estaremos lá prestigiando este hospital que será de muita importância para a grande Florianópolis, numa parceria, como disse, entre o governo federal e o governo do estado de Santa Catarina, com a prefeitura de Biguaçu.

Bom, eu preciso retomar a temática que já foi aqui debatida, sobre o evento desta manhã, deputado Leonel Pavan, promovido pelo governo do estado, especial pela secretaria de Assistência Social, e quero parabenizar aqui a deputada Angela Albino pela iniciativa, com esta proposta: Drogas - Não dá mais para aceitar. Embora o deputado Kennedy Nunes seja adepto da argumentação de que o mais está adequado, eu continuo entendendo que não haveria necessidade desse mais. Eu acho que drogas não dá para aceitar em momento algum.

Mas, de qualquer maneira, esta é a proposta de marketing do governo para fazer esta campanha e conscientizar a população catarinense.

Parabenizo as secretarias de estado que se organizaram para o evento, a secretaria de Assistência Social, de Saúde, de Educação, de Cidadania e Justiça, de Segurança Pública, o Ministério Público, em especial com o programa que

eles têm, chamado Apoia, que é um programa de reinserção de jovens usuários de drogas, o Tribunal de Justiça, que também faz parte desta caminhada, e esta Casa, que se fez presente, especialmente através da nossa comissão de Prevenção e Combate às Drogas, buscando enfatizar o programa Reviver.

É interessante perceber que toda proposta dessa campanha publicitária, como disse, que visa conscientizar a nova geração que vem por aí, de catarinenses, sobre os perigos da droga, seja ela lícita ou ilícita, está fundamentada, baseada, em três eixos, que ficaram bem claros nesta manhã.

Primeiro, a prevenção ao uso; segundo, a repressão à oferta; e, terceiro, a recuperação do usuário.

Sobre a recuperação do usuário, reabilitação de dependentes químicos, nós temos falado aqui, repetidamente, mas não podemos deixar de, mais uma vez, ratificar a última semana, quando concretizamos o edital de chamamento de 82 novas comunidades terapêuticas, e não só isso, mas as expectativas do programa na Fase 2, inclusive a partir de novembro, com o estabelecimento da biometria nas comunidades terapêuticas, isto é, o jovem que for acolhido deverá comprovar a sua presença através de um sistema interligado entre essas 82 comunidades terapêuticas, a Fapesc, a Fapeu, num controle absoluto e transparência dos recursos do estado, que são investidos no Programa Reviver.

Parabenizo também a rede que faz parte desta recuperação do usuário, os CAPS, gabinetes de rua, enfim, outras iniciativas governamentais.

Quanto à repressão, à oferta, há um grande debate, inclusive, no Supremo Tribunal Federal, a questão do uso da maconha, até onde isso venha a tipificar o tráfico ou não.

Estou com o Rodrigo Janot, procurador-geral da República, quando ele diz que a liberação vai criar um verdadeiro exército de formiguinhas, e essa também é a minha perspectiva. Mas, parece que a posição do Supremo Tribunal federal é outra, bem

mais liberal e vai na contramão daquilo que defendemos e apregoamos.

Quanto à prevenção ao uso, há muito que se falar. E hoje se enfatizou a necessidade de um projeto político programático nas escolas públicas de Santa Catarina.

Digo isso porque estamos em paralelo discutindo nesta Casa o Plano Estadual de Educação, e se não estou equivocado encerra-se hoje o prazo para emendas. Nós apresentamos uma emenda e esperamos que seja acolhida pelo relator, no sentido não apenas de incentivar o governo do estado a investir na formação contínua dos professores no que diz respeito a isso, mas também a conscientizar as crianças a dizer não as drogas. Quando recebemos o Plano Estadual de Educação logo nos preocupamos com os seus eixos temáticos, com as suas estratégias. São quase 300 estratégias. E chegamos à conclusão de que não havia uma proposição no que diz respeito à prevenção às drogas. Daí a nossa emenda, que espero seja colhida pelo relator e depois por este Plenário no sentido de que tenhamos esse terceiro eixo, a prevenção ao uso efetivamente estabelecida no Plano Estadual de Educação como uma proposta transversal que esteja presente em todas as disciplinas, geografia, matemática, português, sociologia. Enfim esperamos que toda a grade curricular possa trabalhar com essa perspectiva da prevenção às drogas.

É preciso avançar nesses eixos propostos pelo governo na sua campanha lançada hoje, pela manhã, da prevenção ao uso, da repressão à oferta, da recuperação do usuário, pensando numa perspectiva especial ligada aos municípios. E vimos, por alguns depoimentos, que apenas 84 municípios catarinenses que possuem o seu Comad - Conselho Municipal de Entorpecentes -, então há uma enorme avenida a ser seguida e cumprida no sentido de mobilizarmos os municípios para a consciência dos Conselhos Municipais de Educação em harmonia com os Conselhos Estadual de Educação.

Mais do que isso, concluo dizendo da nossa preocupação em criar a partir dessa campanha uma

política pública catarinense sobre drogas, que ainda não há. Preciso que esta Casa comece a pensar em termos de fato um documento de uma política estadual sobre drogas que inclua o fluxograma de atendimento do dependente químico, porque hoje. Deputado Níkolás Reis, Itajaí é a única cidade do estado, que tenho conhecimento, que conseguiu estabelecer um fluxograma de atendimento ao dependente químico. Hoje, para onde vai o dependente químico? Vai para a Polícia Militar, para o Conselho Tutelar, para a Polícia Civil, para a secretaria de Assistência Social? Em Itajaí, a porta de entrada, inclusive para as comunidades terapêuticas, ficou estabelecida como a secretaria de Assistência Social.

Por isso, os nossos parabéns ao governo de Itajaí, em especial a Câmara de Vereadores que teve essa iniciativa de estabelecer esse fluxograma de atendimento ao dependente químico e espero que isso avance para todos os municípios catarinenses.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Ismael dos Santos, v.exa. que trabalha com essa campanha contra as drogas há muitos anos, na própria igreja, fez um importante pronunciamento, nesta Casa. A política antidrogas ela precisa ter a participação efetiva dos governos, porque é difícil fazer uma política isolada. As igrejas fazem isso muito bem, diferente dos governos. Mas, infelizmente, as prefeituras municipais, o governo do estado, o governo federal, ficam apenas na campanha de televisão e das rádios, precisam ser mais profundas, precisam chegar na família, nos bancos das escolas, precisam ocorrer palestras, é preciso conscientização.

E o seu pronunciamento, certamente, tem essa intenção, tem esse propósito. E se nós não trabalharmos unidos no combate às drogas, vamos ter problemas ainda mais sérios, futuramente, e principalmente, num momento de crise, onde as famílias se afastam. Um estresse enorme abate

sobre as pessoas desempregadas e isso acaba gerando, justamente, problemas na criança, no adolescente.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Níkolás Reis, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham aqui e pelos meios de comunicação.

Presidente, o momento é, certamente, muito delicado e não teria outra razão para eu vir, nesta tribuna, senão de comentá-lo e de alguma maneira opinar, afinal é isso que a sociedade de Itajaí espera de seus representantes, especialmente, deste deputado que está representando Itajaí, durante esse período.

Faz pouco mais de 40 dias que a Gaeco numa operação em parceria das polícias e do Ministério Público indiciou cerca de nove pessoas pelos mais diversos crimes contra a administração pública, dentre eles um vereador que permanece, inclusive, preso. Havia rumores na cidade de que essa operação específica de 40 dias atrás traria consequências outras e esses rumores permanecem. E nesse ínterim outra operação - faço questão de dizer outra, porque não tem nada a ver com a primeira - fez com que cinco secretários municipais, dentre eles, o procurador-geral do município, fossem também presos. Além de outros dois que foram exonerados por decisão da justiça, enfim.

É lógico, sr. presidente, que nós subimos a esta tribuna, primeiro sem fazer qualquer tipo de julgamento e muito menos nenhuma inquisição. Esse trabalho é um trabalho que é da polícia, é da justiça e o tempo vai nos dizer se de fato esses que foram recolhidos ontem, que foram exonerados, etc., têm ou não tem culpa, esse é um julgamento que definitivamente não cabe a mim, não cabe a ninguém, senão ao Ministério Público, à polícia e ao Poder Judiciário, que eu tenho certeza vai oferecer a essas pessoas, a esses servidores, enfim, o direito de ampla defesa.

O que nos entristece, sr. presidente, é observar no *site* da Rede Globo a seguinte manchete: "Esquema em Itajaí criava problema para vender solução." Segundo a Gaeco. O *Diário Catarinense* publicou o seguinte: "Membros do primeiro escalão da prefeitura de Itajaí são presos em operação do Gaeco". Na página três, reportagem traz que: "Gaeco detona a administração de Jandir Bellini, em Itajaí". E assim por diante. "Corrupção na mira do Gaeco. É o que traz o *Jornal de Santa Catarina*".

E aí, srs. e sras., o prefeito se disse perplexo com as prisões e com toda essa atuação. Perplexos estamos todos nós, cidadãos de Itajaí, que por mais que fizéssemos Oposição, como é o meu caso, como é o caso do Deodato, que disputou uma eleição contra o Jandir, nós dois fomos aqueles que nos dispusemos naquele momento a oferecer um outro projeto à cidade e ao povo de Itajaí, que está bastante perplexo.

Na manhã e ontem, coincidindo com essa operação, o prefeito anunciava cortes nas despesas do município, no sentido de enxugar a máquina. E até esses cortes foram colocados em suspeição, porque dentre eles há cortes nos telefones dos secretários, que segundo informações oficiais da própria prefeitura, não passam de sete mil reais por mês. Então, a população já se questiona se esses cortes não tem a ver com o fato de esses telefones estarem, de alguma maneira, grampeados.

Portanto, cabe-me dizer que nós temos na quinta-feira uma audiência pública que vai tratar da Rodovia Antônio Heil e, é obvio, ela está mantida. A Câmara Municipal de Itajaí, por outro lado, tinha uma audiência pública para tratar do porto, amanhã, às 19h, e adiou essa audiência. Não tem que adiar essa audiência pública.

Penso que a minha responsabilidade desta tribuna é dizer que Itajaí, neste momento, que é extremamente delicado, tem que cumprir duas agendas.

A primeira delas é uma agenda de apuração, e a Câmara Municipal e a Prefeitura Municipal precisam de maneira muito firme e transparente apurar o

envolvimento de algumas pessoas, doa a quem doer, de quem quer que seja que tenha participado desses supostos atos criminosos. Essa é uma agenda que o povo de Itajaí espera do seu prefeito, dos seus vereadores.

De alguma maneira, o prefeito, de fato, e é preciso reconhecer, respondeu rapidamente, exonerando as pessoas envolvidas e nomeando servidores hoje. E é essa agenda que o povo de Itajaí espera dele, a abertura de uma sindicância imediata e, repito, doa a quem doer. Ele precisa dar uma resposta à sociedade de uma maneira clara, respeitando a ampla defesa, repito, respeitando o direito daqueles que estão envolvidos, mas de maneira firme ele precisa dar resposta à sociedade. Essa é uma agenda.

A outra agenda é a administrativa, essa não para, pois Itajaí tem desafios enormes. Por exemplo, a questão do porto, da via portuária, da Bacia de Evolução, a questão da prorrogação ou não do contrato do porto, o adensamento dos Berços 3 e 4. Essas são pautas que estão colocadas. A Rodovia Antônio Heil e a Jorge Lacerda, os nossos problemas, os nossos desafios cotidianos, esses não podem parar.

Então, por que adiar uma audiência pública, por exemplo, se a referida audiência estava marcada e tem que fazer. Itajaí não pode parar. Itajaí está perplexa, sim, com todas essas questões, porque os mandatos acabam, agora, a cidade, a administração, continua, ela vai *ad aeternum*.

Portanto, no dia 1º de janeiro de 2017 assumirá um novo prefeito em Itajaí. Vai ter uma nova câmara, vão ter representantes, governantes novos. Que cidade essas pessoas irão receber? Quem serão esses novos administradores que a cidade vai eleger na urna no ano que vem? Que cidade nós vamos receber? Nós queremos receber uma Itajaí bonita, uma Itajaí que recebe bem, município este que é a maior economia do estado. Essa Itajaí que tem um porto que bate recorde. Essa é a Itajaí que queremos receber.

Então, cabe a todos nós da classe política, pessoas de bem que estão na administração pública, tocar esse barco para frente. E ao prefeito e à Câmara de Vereadores à apuração impessoal, transparente e uma resposta. Que entreguem à sociedade quem fez mal feito, que apurem com rigor quem fez esse mal feito, entreguem para Itajaí e para os próximos governantes, para as próximas gerações, a mesma cidade sempre tão bonita, sempre tão acolhedora, sempre tão dinâmica, sempre tão trabalhadora, que foi e que é a nossa Itajaí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação do deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados.

Penso que não há um deputado desta Casa que não tenha recebido uma visita de prefeitos, de vereadores e representantes de entidades, todos no afã de encontrar no gabinete do deputado alguma luz, algum caminho com algum tipo de recurso que venha beneficiar os municípios.

A crise bateu na porta, não apenas da classe empresarial, não apenas do micro e pequeno empresário, do pequeno comerciante, não apenas do trabalhador, que sofre com o desemprego, que está aflito. E sempre quando vão para a empresa ficam na expectativa de serem surpreendidos por um chamamento de um gerente, de um diretor ou do dono de uma empresa, avisando sobre uma possível ou até confirmada demissão.

A crise bateu na porta não só destes, mas bateu especialmente na porta das prefeituras. A crise diminuiu a arrecadação dos órgãos públicos. Diminui na venda, diminuiu na questão dos impostos. Mas, muito mais, aumentam-se as exigências da população exigindo dos seus representantes, dos seus comandantes, dos prefeitos e vereadores, ações eficazes na questão do serviço público.

Então, todos aqui deputados e deputadas estamos certamente recebendo pedidos quase que diários de socorro para que sejam liberados recursos para investimentos na infraestrutura, para investimento nas escolas, para a construção de creches. Investimentos que trazem os resultados de segurança, especialmente a pequenos municípios. Mas o que mais se pede é sobre a questão da segurança pública e dos hospitais.

Nós vamos ter agora recursos, cada parlamentar vai ter recursos do Fundo Social. Podemos dizer que esse recurso é uma ninharia, podemos dizer em relação ao que se busca dos representantes dos municípios. Seriam recursos para atender aqui e acolá uma entidade, algum município.

Mas nós também sabemos das dificuldades do governo, das suas limitações.

Mas o que eu quero levantar aqui é que o governo também não tem culpa e nem tem condições de fornecer todo esse recurso para a bancada, aqui na Assembleia Legislativa, e muito menos para os prefeitos. Mas eles nos procuram. Isso quer dizer que a crise atualmente que abala o nosso país afetou todos.

Mas muitos vêm a esta tribuna, com coragem, tenho que reconhecer, defender o atual governo federal - e têm que defender mesmo porque precisam ser fiéis na alegria e na tristeza - e ouvimos seguidamente que está se construindo um golpe, e que essas notícias veiculadas nas revistas e jornais e em todos os meios de comunicação e pela oposição que é tudo mentira, que nada disso existe, é o que dizem alguns nesta tribuna.

E agora o que dizer a quem combater se a própria presidente da República reconhece que a crise chegou, que é muito forte, que é maior do que ela pensava. E ela diz mais: "Não sabíamos que era tanto." Então, quer dizer, ela sabia que havia problemas, sabia que a crise estava implantada no nosso país, mas não sabia que era tão grande, mas então já admitia! Só que até a poucos dias diziam que isso não existia que estávamos criando esses fatos, boatos para aplicar o golpe no país!

Muitas vezes questionei desta tribuna quem queria aplicar o golpe; quem está criando essas mentiras, como dizem, ou os dados concretos levantados pela mídia, pela imprensa nacional, internacional e agora até a China já está tomando posição.

Hoje ninguém veio aqui falar que a Dilma Rousseff reconhece a crise. Aquilo que falávamos na campanha eleitoral, agora ela reconhece que precisa diminuir os ministérios. E falamos aqui, deputado Maurício Eskudlark, v.exa., também falou há poucos dias sobre o assunto. E agora ela diz que precisa cortar na própria carne. Mas é lógico, é óbvio! Se existe uma crise, se as prefeituras do Brasil inteiro estão diminuindo os gastos, demitindo funcionários com cargo de confiança, diminuindo salários, é lógico que tinha que partir do governo federal o maior exemplo.

Hoje a mídia coloca aquilo que vimos falando há muito tempo. E nós, às vezes, ouvimos calados, e falamos desta tribuna o que está sendo comentado no Brasil, mas dizem que estamos querendo dar o golpe, que é tudo mentira, falácias, mas que o Brasil está crescendo, que não existe desemprego etc. Mas agora, o que dizer? A Dilma diz que realmente o rombo é grande.

Oras se agora existe o reconhecimento por parte da presidente, ela tem que admitir que tudo o que ela disse em campanha eleitoral foi mentira. Repetiu o chavão do Lula: "Eu não sabia de nada". E ela também não, mas agora está sabendo. Aquilo que falei a que ela se referia na campanha eleitoral, dizendo que era outro caminho que o Brasil estava trilhando, agora admite que vai enxugar 5% do total dos cargos comissionados na gestão pública e que vai tirar os dez ministérios dos 39.

Há quanto tempo se fala isso? Quando fui senador da República já falávamos dos 39 ministérios. Agora em campanha eleitoral todos falavam que era preciso enxugar a máquina porque teríamos problemas no futuro, mas como a canoa está virando e afundando, então, é tirar o peso de cima dela, mas agora talvez seja tarde.

Questionada a presidente sobre a Petrobras, ela se mostrou surpresa e admitiu que integrantes do seu governo e do seu partido estão envolvidos. Mostrou-se surpresa e admitiu.

Começamos a avançar um pouco, porque a presidente está admitindo que o Brasil realmente está em crise, que assola as famílias do Brasil, que prejudica a classe empresarial, tanto o pequeno quanto o médio comerciante estão sendo prejudicados. O vendedor ambulante e o trabalhador também estão sendo prejudicados. Os funcionários públicos têm direitos adquiridos, veja o governo aí querendo tirar benefícios, porque diz que a crise é muito grande.

Então, as prefeituras estão tendo dificuldades, os governos estaduais, devido a essa crise que toma conta do nosso país, mas acredito que antes tarde do que nunca. Ela está admitindo, quase se afogando, e vendo o seu barco afundar ela concorda que realmente o Brasil passa por um dos momentos mais difíceis da sua história e que existe realmente, e existiram, dentro do seu governo, pessoas envolvidas na Operação Lava Jato, na Petrobras, com desmandos e que prejudicaram demais a economia e o prestígio do nosso Brasil. Claro, internamente, nem se fala, mas, infelizmente, no mundo inteiro.

Fica aqui essa nossa mensagem para chamar a atenção daqueles que vieram aqui e disseram que a Oposição, que seria o PSD, estaria querendo dar um golpe. Ou o golpe está sendo dado pela Dilma, em cima daqueles que tanto a defenderam, porque quem fala agora é ela.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Obrigado, deputado Leonel Pavan. O próximo orador inscrito é o deputado Jean Leutprecht, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Sr. presidente, na verdade o que me traz aqui são dois assuntos.

O primeiro é a vinda amanhã a Santa Catarina do nosso ministro, Aldo Rebelo, ministro das

Ciências e Tecnologia e Inovação, que estará amanhã durante todo o dia participando de uma série de atividades aqui na nossa capital, iniciando às 8:30h, com uma palestra na Fiesc, que estará falando aos empresários, um segmento muito importante da nossa sociedade, e que, sem dúvida nenhuma, irá clarear muitas das ações das empresas, hoje, dos nossos empresários, que se preocupam com o crescimento do país.

No segundo momento, o ministro Aldo Rebelo estará no 5º Encontro no Hotel Hilbert, às 11:30h, também vai fazer uma palestra da sua área, e às 14:20h participará da abertura do evento Fomento à Inovação Santa Catarina. Teremos a presença do governador do estado, do secretário Carlos Chiodini, que responde também por esta pasta, e quero aqui deixar registrado o convite a todos os srs. deputados que possam estar participando.

Sr. presidente, o segundo assunto que me traz à tribuna, na tarde de hoje, é que já estamos há alguns dias trabalhando em cima da questão sobre as Olimpíadas Escolares de Santa Catarina e do Parajasc, pelo cancelamento da parte do governo do estado, motivo pelo qual vários deputados tem-se pronunciado e vários atletas tem manifestado a contrariedade dessa decisão do governo do estado.

E mais uma vez, no dia de hoje, voltamos à tona com esse assunto.

Eu quero aqui deixar registrado um agradecimento todo especial ao nosso deputado Aldo Schneider, que me encaminhou ao deputado Natalino Lázare, que, por sua vez, conseguiu uma agenda com o secretário Filipe Mello, por isso me ausentei da sessão na tarde de hoje, e consegui retornar a tempo de passar para todos o que ficou encaminhado.

Então, quero agradecer aos dois deputados que intercederam por essa nobre causa, que, eu tenho certeza, enobrece cada vez mais o trabalho desta Casa, que nas ações, mesmo sendo diretamente ligadas ao Executivo, tem atuado, pressionado, para que o estado possa errar menos, e a comunidade seja melhor atendida.

Na reunião que eu tive com o secretário, questão de meia hora atrás, nós cobramos uma posição do governo do estado, mais especificamente da Fesporte, em relação ao possível cancelamento desses dois eventos, como também da continuidade do calendário para o restante de 2015.

Então, deputado Kennedy Nunes, que realmente é uma pessoa que também acompanha muito essa questão do esporte em todas as regiões que circula pelo estado, o secretário me colocou que ele apenas havia recebido até agora o documento que até deixei na mesa dos nobres deputados, que foi um documento que o Conselho Estadual de Esportes encaminhou, com uma série de sugestões e possibilidades de economia e de alterações que poderiam ser feitas, e, com isso, viabilizariam economicamente os jogos. E, depois disto, a Fesporte ficou de encaminhar as coisas mais diretas, mais específicas, no que se economizaria, nos dias, no número de pessoas, nas diárias, no que seria feita essa economia, mais especificamente.

Então, isso até agora não aconteceu, eu cobrei do secretário mais velocidade nesse encaminhamento, até porque o calendário do estado, o calendário esportivo de Santa Catarina, tem uma série de eventos programados daqui até o mês de dezembro, e isso estaria prejudicando em muito todo este calendário, praticamente inviabilizando em algumas situações, caso o governo não tome as providências e retome algumas ações, modifique algumas datas, em algumas sedes.

O secretário se comprometeu comigo de estar, o mais tardar amanhã, conversando com a área técnica da Fesporte, que é quem tem condições de apresentar uma proposta plausível em cima do que realmente seria reduzido. E, até na sexta-feira, acredito que deva ter algum novo encaminhamento com o governador, e estará nos passando, um retorno, uma decisão final em relação a este problema.

Então, eu acredito, deputado Maurício Eskudlark, que a nossa demanda, v.exa. foi uma das pessoas que também cobrou muito essa posição do

governo, seja atendida, neste momento com mais velocidade, até porque os municípios, os atletas, os dirigentes precisam se reorganizar na questão do calendário, e se Deus quiser o governador vai nos atender e vamos estar realizando tanto a fase estadual do Parajesc, como as fases regionais da Olesc, e também a fase estadual, bem como todo o calendário que se segue até o mês de dezembro deste ano.

Sob pena de, isso não acontecendo, que não se realize esses eventos escolares, que conforme a Constituição prevê, são prioridades, no caso, dos governos federais, estaduais, e municipais, nós poderemos estar inviabilizando todo o restante do calendário esportivo de Santa Catarina.

Falo isso em Jogos Abertos, em outras competições regionais que ainda estão para acontecer, mas principalmente, neste caso, até pela grandiosidade, pelo tamanho, os Jogos Abertos de Santa Catarina. Uma competição com mais de 50 anos, conhecida em todo o estado de Santa Catarina, tenho certeza de que por todos os deputados desta Casa, e que com a não realização, tanto dos Jesc como também Olesc, estariam numa situação bastante delicada de vir a acontecer.

Então, sr. presidente Leonel Pavan, v.exa. que é muito ligada à questão do esporte, do turismo, sabe da importância que é envolver essa juventude, até foi tratado pelo deputado Ismael dos Santos, anteriormente, a questão das drogas, que estando no esporte dificilmente procurarão outros caminhos que não são produtivos, sabe da importância dessa reivindicação.

Não é apenas uma luta minha, no caso, como profissional da Educação Física, como pessoa que atua como gestor municipal de esportes e turismo, mas é uma reivindicação em todo estado. E essa Casa tem se posicionado, tem feito todos os esforços no sentido de que esse evento realmente aconteça, o governo esteja revendo a sua posição, e nós possamos estar atendendo o estado de Santa Catarina no desporto, na atividade física, e principalmente na Educação.

Então, sr. deputado, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui levantando essa questão. Acredito piamente na boa vontade do governador, sabendo da questão econômica, pela sua trajetória esportiva, e no seu bom senso no sentido de estar revendo essa situação do cancelamento da Olesc e do Parajesc no estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Jean Leutprecht, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento.

Esta tem sido a tônica dos últimos dias nesta Casa. Acho que o secretário do Turismo tomou uma posição precipitada. Duvido que ele tenha consultado o governador. O governador não iria admitir que acontecesse um caso como esse de suspender jogos que envolvem centenas de pessoas. Não seria a falta de alojamento, de um pequeno percentual, que iria intimidar a vocação, a sensibilidade que tem o governador, até porque ele também foi atleta. Era goleiro de futebol de salão. Acho que a atitude da secretaria do Turismo e daqueles que o apoiaram foi precipitada, injusta, descabida e provocativa a esta Casa que representa o povo catarinense.

V.Exa. fez um belo pronunciamento. Nós também fizemos um apelo nesse sentido por diversas vezes, e, se ainda conseguirmos reverter esse caso, será uma vitória da Assembleia Legislativa, dos parlamentares.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, público que acompanha esta sessão, apenas endossando as palavras do deputado Jean Leutprecht, do deputado Leonel Pavan, gostaria de colocar que todos os deputados receberam um expediente do Conselho Estadual de Desporto falando da importância desses jogos.

Para reiterar, esta Casa foi unânime com relação a essa questão. Sabemos da atenção do governador Raimundo Colombo principalmente com as

questões sociais e de saúde, do lado humano dele proceder. Ele tem proporcionado um desenvolvimento econômico muito grande no estado, sabendo estancar gastos desnecessários, sabendo o que é prioritário. Se tem que haver um corte de recursos, que as coisas supérfluas sejam deixadas de lado. Isso com certeza vai determinar que dentro das condições necessárias sejam realizados esses jogos.

É um fato muito grave. Parece uma decisão simples, mas quem tomou essa decisão poderia reavaliar e ter o ato de grandeza de reconhecer que talvez não tenha avaliado a importância dessa decisão tomada. E, agora, vemos a repercussão do assunto, pois esta Casa repercute a vontade do povo catarinense, pelo que essa decisão representa para mais de dez mil atletas. Em todas as escolas de Santa Catarina, os jovens, os atletas estão comentando o cancelamento das Olimpíadas Escolares e do Parajesc, duas competições que já tiveram suas fases municipais, regionais. Os alunos que foram vencendo já tinham a expectativa de viajar com a equipe.

Então, está-se mexendo com o sentimento, com o sonho, com o ideal, muitas vezes, do atleta, porque ele vai levar essa frustração para o resto da vida. Quando ele achava que pela prática esportiva, pelo seu treinamento, pelas as suas habilidades pessoais, ia disputar os jogos estaduais, ele vence o municipal, aí não participa do regional, nem do estadual, daí a frustração.

Então, incorporo-me a esse movimento e esperamos que seja reconhecido, porque foi um erro de avaliação. Que precisa cortar gastos, todos nós sabemos e que vivemos momentos difíceis também. Mas vamos cortar onde é possível, sem atingir as questões básicas. E essas competições estaduais são importantes e não podem ser consideradas supérfluas.

Hoje, nós temos uma notícia boa do governo do estado com o lançamento da campanha contra as drogas, isso é fundamental.

Falando em jogos, são eles que estão tirando os jovens da ociosidade e, às vezes, até das

drogas. O jovem que está envolvido, que está numa escolinha, que está se preparando, que tem o seu grupo de colegas, esse jovem não tem tempo para envolvimento com as drogas. Então, o governo do estado faz uma campanha que é fundamental para as famílias catarinenses ao combate das drogas, com palestras e orientação, para mostrar que as drogas, como eu sempre disse, na minha carreira de mais de 30 anos de policial, que as drogas têm dois caminhos: a morte e a prisão. Não tem outra saída. Nós vemos os envolvidos com as drogas jamais chegando aos 30, 35 anos de idade. Então, as drogas são uma destruição da sociedade e uma destruição da família.

Então, acho importante esse trabalho do governo no combate às drogas, principalmente no combate ao tráfico, não na prevenção, quando ela já falhou aí entra a polícia. É como se diz: a criança não recebe a devida educação em casa daí a esperança da família do pai ou da mãe, que não quer ser enérgico, que não consegue fazer seu filho cumprir as normas, quando ele vai para a escola a professora é que vai fazer.

Daí a professora não vai conseguir fazer, porque o aluno já vem com uma má formação de casa. Antigamente a esperança era que o filho fosse para Exército, e lá, como é linha dura, tudo o que a família não tinha exigido dele, o Exército iria exigir. E por fim sobra para a polícia, porque quem não começa dentro de casa a educar, a ensinar o certo e o errado, a ser enérgico, a cortar regalias em troca de exigir um bom comportamento, acaba virando um caso de polícia.

Então, depois você vê a mãe que lá nos primeiros anos de vida da criança não teve força para ser enérgica, para cobrar uma atitude, tendo que visitar o filho na penitenciária. Assim, o resultado da omissão quando a criança tem seis, sete, dez, 12 anos, a mãe terá que levar comida para o filho na penitenciária, vai ter que fazer visita na penitenciária, vai ter que se submeter a constrangimentos.

Mas, temos, hoje, uma matéria importante do secretário da Segurança Pública, César Grubba, nos

jornais a respeito do combate às drogas, a respeito da importância do trabalho na família e do trabalho social. Nós temos a polícia fazendo um grande trabalho, aquele que lhe é pertinente, que é combater o tráfico, prender e tirar das ruas o traficante. E a parte que já vem estragada torna-se difícil de corrigir.

E juntando isso e elogiando a atuação da nossa polícia, que tem sido competente, prende todos os dias quadrilhas que são identificadas e monitoradas, eu vi hoje o comentário do jornalista Moacir Pereira sobre a questão da indignação na Segurança Pública com essa medida provisória que está na Casa, que está sendo avaliada, discutida pelos deputados, que tem recebido o pedido aqui das Aprasc, da Adepol, da Acors, do Sinpol para rediscutir essa questão, que eu entendo de Justiça.

A Segurança Pública caminhava num mar de ventos bons, de calma, de tranquilidade, e é uma medida que é necessária, que a lei dizia que tinha que ocorrer, precisava regulamentar a questão das horas e da atuação dos plantões, de como ocorre, mas que nós temos visto, tanto por parte do secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni, quanto pela equipe da secretaria da Administração do governo, uma busca para que efetivamente essa medida atenda a necessidade do governo de regulamentar a matéria e, também, a necessidade profissional da Segurança Pública.

Temos tido um entendimento de que essa gratificação a mulher não pode perder durante o auxílio-maternidade.

A policial que está no tempo de maternidade tem que receber essa gratificação. Aquele que é acometido por doenças graves, como estabelecido pelo ministério da Saúde, tem que receber seus benefícios. Na questão de férias, o policial que tira férias não pode perder essa indenização, porque as férias são um direito dele. O policial tira férias depois de um ano exaustivo de trabalho e, quando ele vai tirar férias, não pode perder essa vantagem. E claro, fazendo essa regulamentação, com base nas doenças graves

estabelecidas pelo ministério da Saúde, você evita e são raros os casos, mas que tem aquele que não quer trabalhar, não quer ir para um lugar, tira um atestado que, às vezes, pode ser entendido como desnecessário.

Então, realmente, aquele que tem qualquer tipo de problema de saúde vai estar protegido. Eu acho que isso está sendo discutido, debatido. Há uma concordância da Aprasc que é uma concordância da Adepol, das entidades representativas, alguma diferença na questão dos oficiais que tem horário diferenciado na verdade, dos Praças, mas que com certeza vamos ter um entendimento e uma solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Parabéns pelo pronunciamento, deputado Maurício Eskudlark.

Quero dizer que v.exa. e a deputada Luciane Carminatti, são lutadores e ainda estão lutando bastante frente a essa questão dos jogos, assim como o deputado Jean Leutprecht, que tem uma grande experiência de vida do que é importante fazer, qual os caminhos a seguir para combater este mal que são as drogas. E v.exa., coloca, com muito conhecimento esse assunto. E, na história de sua vida, certamente, v.exa. já se deparou com centenas de casos que poderia ter solução se tivessem agido anteriormente, até pela função que v.exa. exerce.

Esta Casa tem feito um papel fundamental para combater as drogas, mas é preciso que haja um caminho, uma parceria muito grande com todo o setor da sociedade e do poder público.

Não há mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem aos 40 anos do Badesc.

Está encerrada a sessão.